

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE HISTÓRIA**

LIANE DA SILVA CARVALHO VELHO

**HISTÓRIAS ARQUIVADAS: A EMPRESA IRMÃOS BORTOLUZZI A PARTIR DO
ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UNESC- CEDOC**

CRICIUMA

2018

LIANE DA SILVA CARVALHO VELHO

**HISTÓRIAS ARQUIVADAS: A EMPRESA IRMÃOS BORTOLUZZI A PARTIR DO
ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UNESC-CEDOC**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para obtenção do grau de
licenciada, no curso de História da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC

Orientadora: Prof.^a Dra. Michele Gonçalves
Cardoso

CRICIÚMA
2018

LIANE DA SILVA CARVALHO VELHO

**HISTÓRIAS ARQUIVADAS: A EMPRESA IRMÃOS BORTOLUZZI A PARTIR DO
ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UNESC-CEDOC**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do grau de licenciada, no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Patrimônio Cultural, Cultura Material e Memórias.

Criciúma, 29 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Michele Gonçalves Cardoso – Doutora - (UNESC) - Orientadora

Prof. João Henrique Zanelatto - Doutor - (UNESC)

Prof. Paulo Sérgio Osório - Mestre - (UNESC)

***Dedico este trabalho ao meu esposo Jaison
e aos meus filhos Júlia e Arthur.***

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder saúde e oportunidade para que pudesse concluir mais essa etapa em minha vida.

Agradeço ao meu esposo, Jaison Velho, e aos meus filhos, Júlia e Arthur, por acreditarem em mim, mais que eu mesma, e por entenderem todas as minhas ausências nesse período de escrita. Saibam que tem um pouquinho de vocês em cada página.

A minha família, minha mãe Maria Izael, as minhas irmãs Linara e Laura e aos avós dos meus filhos por terem me ajudado e, principalmente, terem dado atenção e carinho aos netos em momentos de tensão e ansiedade, em que tive o amparo de pessoas especiais como vocês. Muito obrigada!

Agradeço, em especial, a Nathália Pereira Cabral, pela generosidade, empenho e atenção dada, sempre disposta a colaborar com a pesquisa, e as entrevistas que se tornaram aventuras.

Nessas idas e vindas à Unesc, semestres trancados, agradeço pelo conhecimento adquirido e pelas amizades construídas. Ao amigo, Carlos Roberto dos Santos, amizade que dura alguns anos e, nesse último ano, em que conheci outra pessoa especial, Ana Paula Gonçalves Castro, muito obrigada por me ouvir, e poder conversar sobre nossos medos e incertezas, sempre uma ajudando a outra. Pelo contínuo incentivo, pessoa que espero ter em minha vida fora da faculdade.

Agradeço também a minha orientadora, Michele Gonçalves Cardoso, por ter aceito o convite de me orientar. Pela paciência comigo durante a pesquisa e, principalmente, pelo conhecimento repassado, minha gratidão!

“O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder.”

Jacques Le Goff

RESUMO

Na segunda metade do século XIX, a venda de terras devolutas no estado catarinense para a Companhia Metropolitana, tinha como intuito a formação de núcleos coloniais, o que viabilizou a instalação da colônia Nova Veneza, formada por famílias de imigrantes italianos. Após a criação da colônia, foram se estabelecendo teias de relações, determinando assim o poderio econômico e social de uma família, em especial, a família Bortoluzzi, o que possibilitou a construção de um monopólio, sem concorrência direta. Esse trabalho teve como principal objetivo, a partir de fontes consultadas, referenciais teóricos e, principalmente, do trabalho com os documentos que compõe o Fundo Bortoluzzi, salvaguardados no Centro de Memória e Documentação da Unesc/ CEDOC, a análise da organização familiar na constituição da empresa Bortoluzzi, produzindo narrativas a partir do acervo.

Palavras-chave: Nova Veneza. Imigração Familiar. Acervo. Bortoluzzi

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Notícia da Lei Glicério em jornal do Commercio de 1890. | 20 |
| Figura 2 - Título definitivo de propriedade de um lote de terras. | 26 |
| Figura 3 - Vida Nova. 1893 (Nova Veneza), óleo sobre tela 120x160cm..... | 31 |
| Figura 4 - Entrega de vara de porcos, em frente à Casa de Comércio (“venda”) dos Irmãos Bortoluzzi..... | 37 |
| Figura 5 - Carta endereçada ao Inspetor de Terras e Colonização /Tubarão. | 43 |
| Figura 6 - Carta endereçada ao Inspetor de Terras e Colonização /Tubarão | 43 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|---|
| CEDOC | Centro de Memória e Documentação da Unesc |
| PRC | Partido Republicano Nacional |
| UDN | União Democrática Nacional |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 FORMAÇÃO DA COLÔNIA NOVA VENEZA | 16 |
| 3 FUNDO BORTOLUZZI: PEÇAS DE UM GRANDE QUEBRA-CABEÇAS | 28 |
| 3.1 MIGRAÇÃO FAMILIAR NA COLÔNIA NOVA VENEZA..... | 30 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 48 |
| REFERÊNCIAS | 50 |

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é, por meio da análise da documentação do Fundo Bortoluzzi, compreender como se deu o domínio econômico e social da família Bortoluzzi, dentro do cenário de colonização familiar italiana no sul de Santa Catarina – efetivado em fins do século XIX, - e seu monopólio regional. Este monopólio se desenvolveu a partir da implantação da colônia Nova Veneza, até meados do século XX (década de 1960), quando houve a dissolução da empresa pertencente à família.

A maioria dos imigrantes vindos da Itália para ocupar as terras sul catarinense, pertenciam a região de Vêneto que se situa ao norte, sendo alguns oriundos da cidade de Soverzene, como a família Bortoluzzi, que veio mais precisamente da província de Belluno. A família chegou à colônia de Azambuja em 1877, que foi a primeira colônia estatal na região, e posteriormente, os três irmãos Giuseppe, Giovanni (em português João) que eram imigrantes italianos, e Humberto, nascido no Brasil, transferiram-se para a recém-criada colônia de Nova Veneza no ano de 1891, quatorze anos depois, deixando seus pais na colônia Azambuja. A nova colônia foi formada a partir dos 30 mil hectares vendidos pelo governo para a Companhia Metropolitana¹. Um vasto território que atualmente abrange todo o município de Siderópolis e pedaços dos municípios de Urussanga, Treviso, Criciúma e Nova Veneza.

Conforme Baldessar (2005, p. 252), a Companhia Metropolitana se propunha a dar assistência ao colono, organizando farmácia, casas comerciais, serrarias, escola e moinhos para transformar o milho em farinha. Os Bortoluzzi instalaram a fábrica de produtos suínos, comércio, serraria, moinho e intermediavam na compra dos cereais produzidos na colônia. A historiadora Lucy Cristina Ostetto encontrou documentos que datam o início dos negócios dos Irmãos Bortoluzzi em Nova Veneza, em 1899:

Encontrei no “Livro de Registros dos Empregados ou Operários da Firma Indústria e Comércio Bortoluzzi S.A,” o nome do senhor José Bortoluzzi exercendo o cargo de diretor-presidente, tendo como data de admissão o dia cinco de maio de mil oitocentos e noventa e nove, com o senhor Humberto Bortoluzzi exercendo o cargo de diretor, sendo admitido na mesma data. Isto, de certa forma, me faz deduzir que seja esta a data em que se estabeleceram, ou seja, passaram a existir como sociedade anônima, tendo reconhecimento jurídico (OSTETTO, 1997, p. 54).

¹ Companhia colonizadora particular que planejou a colônia Nova Veneza, com sede no Rio de Janeiro. Presidida por Carlos Augusto de Miranda Jordão.

Podemos deduzir que esta foi a data de fundação da empresa no aspecto contábil e juridicamente, porém, o estabelecimento, possivelmente, existia antes de ser registrado, atuando no setor de beneficiamento da madeira, trazida da serra para construção de casas aos imigrantes e a atafona para transformar milho em farinha. Desde esse tempo, começaram a exercer a função de representantes “prósperos” e “modelo de progresso”, no ramo da indústria e comércio, provendo não somente a colônia, como toda a região. Construindo um patrimônio, de modo que não tinham concorrentes diretos. O poderio econômico passava pelas mãos da família, já que não havia concorrência, e o colono também se via preso a compra e venda direta com os Bortoluzzi.

Neste contexto, esta pesquisa terá como base os documentos que compõe o Fundo Bortoluzzi, especialmente, os documentos relativos a história da empresa na área comercial e corporativa. Enquanto metodologia, analisaremos esses documentos, os quais se encontram no Centro de Memória e Documentação da UNESCO (CEDOC), em Criciúma/SC, juntamente com documentos pesquisados no, museu do Imigrante em Nova Veneza/SC, restaurante, e de familiares dos fundadores da empresa na cidade de Nova Veneza. Publicações em jornais da época, disponíveis na Hemeroteca Nacional. A pesquisa também terá como foco a história da família, da empresa Bortoluzzi e do monopólio construído na colônia Nova Veneza, desde a chegada dos irmãos e, em 1899, quando passou a existir juridicamente como sociedade anônima, até meados de 1960, década da dissolução da empresa.

O interesse pela pesquisa surgiu por meio de conversas com a professora Michele Gonçalves Cardoso, sobre os documentos encontrados no CEDOC, o Fundo Bortoluzzi, que foi estudado com outra perspectiva por Nathália Pereira Cabral. Como resido no município de Nova Veneza, despertou-me o entusiasmo pela pesquisa. No mês de março de 2018 estive no CEDOC pela primeira vez, para então conhecer de fato o acervo, em companhia de Nathália, a qual na função de estagiária do local, me mostrou a extensa documentação.

Fez-se necessário elencar quais documentos eram mais “importantes” para a pesquisa, e para tal elaborou-se uma tabela, separando-os por fases pelas quais a empresa mudou de nome. De acordo com a separação realizada no próprio CEDOC: Bortoluzzi Irmãos (1904), Bortoluzzi Irmãos & Cia (1929) e Indústria e Comércio Bortoluzzi S/A (1941), até a dissolução da empresa na década de 1960. A maioria dos documentos pertenciam a terceira fase, sendo os mais recentes, pois, neste período

havia mais documentação obrigatória para empresa, seja ela contábil, tributária ou trabalhista.

Diante da análise feita sobre os documentos que podem nos contar mais sobre a empresa, principalmente acerca das atividades desenvolvidas pela família no setor comercial e empresarial, como ainda, as mudanças de razão social e criação de filiais durante os anos que esteve em funcionamento, percebe-se que muito se perdeu durante os anos em que estiveram guardados de forma inadequada, até a venda do local pertencente à família onde estava esta papelada. Esses documentos foram espalhados de acordo com o interesse em tê-los, fosse da família ou dos estabelecimentos comerciais, com intuito de mostrá-los aos turistas e curiosos, contando um pouco da história de Nova Veneza. Porém, o manuseio inadequado destes documentos, sem a adoção de medidas para estabilizar ou amenizar o processo de degradação, reduz seu tempo de vida útil.

Junta-se à análise dos documentos do Fundo Bortoluzzi, uma pesquisa baseada em fontes orais, objetivando compreender a história da família, e sua importância socioeconômica para a região, na época, e ao longo das cinco décadas subsequentes. Foram realizadas entrevistas com familiares e rodas de conversa informal com os netos de João Bortoluzzi: César Bortoluzzi, Sergio Bortoluzzi e Susan Bortoluzzi, também com uma das filhas de Giuseppe, um dos imigrantes fundadores da empresa Bortoluzzi, Irma Bortoluzzi Crevanzzi.

Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy, a história oral e memória tem uma narrativa de conteúdo do passado, no entanto, é preciso diferir, a memória individual da coletiva. Memórias são recordações organizadas segundo uma coerência subjetiva e possibilita elementos que nem sempre condiz aos fatos concretos e objetivos. Por ter como pressuposto o passado, a história oral recebeu o nome “história”. “(...) Assim, fica esclarecido que a memória é um suporte para as narrativas de história oral, mas não é ela” (MEIHY,2005, p. 62).

Em visita ao comércio que hoje serve de restaurante, Casa Do Chico Galeteria e Pizzaria, local onde funcionava a “Casa de Comércio”, venda de secos e molhados que pertenceu a família, que ainda conserva traços da arquitetura original da época e exhibe ao público alguns documentos, além do cofre principal da empresa que não foi aberto até os dias atuais, criando uma espécie de fantasia, mexendo com o imaginário dos visitantes a respeito do conteúdo do interior do cofre. Visitou-se a

casa de uma das filhas dos sócios fundadores, na qual encontramos vários documentos e fotos da época, inclusive a árvore genealógica da família.

Diante do exposto, a presente pesquisa em seu primeiro capítulo faz uma contextualização histórica analisando o processo de constituição e ocupação da colônia de Nova Veneza. Para tanto, são utilizadas as obras “História de Nova Veneza”, de Zulmar Hélio Bortolotto (1992) e “Imigrantes: Sua História, Costumes e Tradições no Processo de Colonização no Sul do Estado de Santa Catarina”, de Mons. Quinto Davide Baldessar (2005), assim, como as obras da historiadora Giralda Seyferth, nas questões políticas migratórias e colonização e, também, a tese de Claricia Otto, na qual analisa as relações de poder alicerçados no catolicismo dos imigrantes italianos.

No tocante a italianidade e migração familiar, a principal autora é Maria Catarina Chitolina Zanini (2004). A autora ajuda a perceber a forma como conduziram a colonização local e de que maneira a noção de pertencimento tem sido requerida, na idealização de italianidade, como valorização do passado, tendo a família como patrimônio e como elemento de construção do passado.

Com relação às produções acadêmicas de viés local que falam de Nova Veneza, busquei suporte nas produções textuais de Lucy Cristina Ostetto (1997), Carla Zanette Bif (2009), Nathália Pereira Cabral (2017), e Egar Preis Junior (2017).

No segundo capítulo, é trabalhado com narrativas a partir de arquivo, baseando-se nos documentos pertencentes ao acervo da empresa Bortoluzzi, espalhados conforme a partilha e doação de parte deles, que se referiam a história da empresa, conseqüentemente, da família. A dúvida é saber o que apanhar e o que deixar. Assim, para melhor entendimento, na discussão voltada para a área de arquivo e documentação de acervo como fonte de pesquisa, foi utilizada a obra de Arlette Farge (2009). “Como decidir entre o essencial e o inútil, o necessário e o supérfluo, o texto significativo e um outro que se julgará repetitivo?” (FARGE, 2009, p. 71). Este capítulo versará sobre o início da empresa, a formação societária, sua trajetória, seu desenvolvimento, mudanças de razão social, criação de filiais até a sua dissolução.

Contudo, nessa caminhada, lidando com fontes de arquivo, a obra de Farge (2009) me fez assimilar que é necessário um distanciamento das mesmas, no receio de acreditar que a fonte é uma verdade única, apaixonante e pronta. É uma construção de discurso, na busca pelo entendimento do que é posto em dúvida, como se o

passado estivesse ali diante dos seus olhos. Busca-se o indício deixado, entretanto, o constante cuidado de sempre desconfiar das fontes.

Contribuindo para esse debate, vamos dispor dos textos de Giovana Emos (2016), Leandro Coelho de Aguiar e Renata Regina Gouvêa Barbatho (2013), além do texto de João Carlos Tedesco (2015).

2 FORMAÇÃO DA COLÔNIA NOVA VENEZA

Ao falar da participação da empresa Bortoluzzi, em Nova Veneza, faz-se necessário o entendimento do que acontecia no Brasil e na Europa no século XIX, para entender os motivos pelos quais abriu-se ao processo de imigração. O economista Celso Furtado (2005, p. 128) ao falar sobre imigração se remete ao contexto paulista, nos ajudando a entender um pouco do movimento migratório a nível nacional.

A partir dos anos sessenta a questão da oferta da mão-de-obra tornou-se particularmente séria. A melhora nos preços do café fazia mais e mais atrativa a expansão da cultura; por outro lado, a grande alta dos preços do algodão provocada pela Guerra de Secessão nos EUA dera início a uma forte expansão da cultura da fibra nos estados do Norte, restringindo-se em consequência o tráfico de escravos para o sul. A pressão dos acontecimentos exigia evidentemente medidas amplas.

O Brasil encontrava-se em um período em que se encaminhava para a abolição da escravatura, iniciado com a promulgação em 1850, da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico. De acordo com a historiadora Giralda Seyferth (2015), o fim do tráfico era a grande questão nos debates sobre imigração, depois de 1845, e ainda estava sendo discutido vinte anos depois. A abolição associada a Lei de Terras estava modificando os meios de trabalho, consequentemente os meios de produção.

Precisando de trabalhadores para suprir a mão de obra escrava e atender a demanda agrícola nacional, formou-se colônias a partir de vendas de terras devolutas a baixo preço, pois seria esta a opção mais fácil e rápida à necessária mudança de mentalidade dos fazendeiros escravocratas, que não sabiam diferenciar o trabalho escravo do trabalho livre (BASTOS apud SEYFERTH, 2015).

Pregando a política do branqueamento, os intelectuais da época tinham a convicção de que a Europa era o modelo a ser seguido e que a forma do Brasil se desenvolver no mundo capitalista, era através do processo de branqueamento europeu. Baseada nas ideias de Eugenia² que, surgidas na Europa, fizeram com que Dom Pedro II incentivasse a vinda de europeus para o Brasil.

O mito do branqueamento ganhou notoriedade na primeira República, impulsionado pelos índices de mortalidade e pelos indícios sociais de desigualdade – isto é, a concentração de população mais escura nas classes

² Em 1883 nasceu o termo **Eugenia**, criado por Francis Galton e o definiu como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>. Acesso em: 28 set. 2018.

inferiores, associada à suposta incapacidade civilizatória. A nação brasileira ideal deveria ser ocidental: uma civilização latina, de língua portuguesa e população de aparência branca plasmada na mestiçagem (SEYFERTH, 2002, p. 35).

Aliando-se a isso, a Lei de Terras de 1850³ foi uma das primeiras leis instauradas a assegurar o direito agrário no Brasil, sendo a única forma possível de ser proprietário de terras em efetivo, permitindo que o acesso fosse por meio da compra e não mais por doação. Suprimindo, desta forma, a concessão gratuita de lotes de terras aos imigrantes. No intuito de organizar e, não havendo nenhum decreto que possibilitasse a posse sobre a terra, e com as mudanças sociais e econômicas que o Brasil passava, o governo se viu obrigado a regular essa questão.

O século XIX, iniciado pelas transformações do sistema capitalista mundial intervindo na vida das pessoas e baseado na revolução industrial, foi apresentando modificações no cenário das relações socioeconômicas em vários países, trazendo novas práticas para a obtenção de lucros e, em contrapartida, gerando desemprego e miséria.

De acordo com Zanelatto e Osório (2012, p. 21-22), as transformações proporcionadas pela revolução industrial ocorridas no continente europeu no final do século XVIII, trouxeram grandes benefícios para a parcela de capitalistas, detentores dos meios de produção. Contudo, contribuiu para o processo de concentração agrária que produzia a miséria e a expulsão de inúmeras famílias camponesas de suas próprias terras, que acabaram indo para os grandes centros urbanos com uma condição de vida bastante miserável e precária.

Diante do modelo de produção capitalista que dificultou a aquisição da propriedade privada na Itália, junta-se a isso as condições de vida precárias e o conflituoso período, algumas pessoas viam na imigração uma oportunidade de melhores condições de vida.

Neste sentido, Furtado (2005, p. 130) considera que a imigração conseguiu atingir níveis elevados porque a demanda e a oferta se equivaliam:

Durante a mesma época em que evoluía favoravelmente o problema no Brasil, processava-se a unificação política da Itália, de profundas consequências econômicas para a península. A região do Sul - o chamado reino das duas Sicílias -, de menor grau de desenvolvimento e mais baixa produtividade agrícola, encontrou-se em difícil situação para enfrentar a concorrência das regiões mais desenvolvidas do Norte. Em consequência, as indústrias manufatureiras do Sul - a indústria têxtil havia alcançado um grau

³ CAVALCANTE (2005, p. 01).

de desenvolvimento relativamente alto - se desorganizaram, criando-se uma situação de depressão permanente para as províncias meridionais. A pressão sobre a terra, do excedente de população agrícola, fez crescer a intranquilidade social. A solução migratória surgiu, assim, como verdadeira válvula de alívio.

A Itália ainda tentava se reerguer. Grande parte dos italianos que imigraram para o Brasil eram de origem humilde, pois o crescimento populacional não foi acompanhado pela industrialização da época, provocando escassez dos recursos e o agravamento da pobreza e do desemprego.

Sobre isso, Zulmar Bortolotto (1992, p. 2) alega que:

A Itália ainda se recuperava das lutas internas que se estabeleceram no período de unificação, e isso, somando a outros fatores, como a instalação de mecanismos de produção, ditos capitalistas, no campo, fez com que grande número de famílias se encontrassem desempregadas, empobrecidas, sem-terra e sem ter para onde ir.

Os imigrantes italianos que vieram para o Brasil, em sua maioria viviam em uma região disputada por guerras por ser mais ao norte da Itália, mais precisamente a região do Vêneto⁴. O clima frio, o solo recoberto de neve por boa parte do ano e pedregoso, praticamente incultivável, era mais um atributo positivo à migração.

Logo após a proclamação da República no Brasil, em 1891, recém instalada por Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, oportunizaram-se as empresas privadas o direito de inserir estrangeiros no Brasil, e foi neste momento que houve a promulgação do “decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, chamado Lei de Glicério, nome de seu idealizador, o então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Sr. Francisco Glicério” (BORTOLOTTI, 1992, p.17).

Ainda segundo Bortolotto (1992), beneficiando-se da Lei de Glicério, a empresa norte-americana Angelo Fiorita e Cia, com sede no Rio de Janeiro e com vínculos fora do país, no dia 22 de outubro de 1890, celebrou um contrato com o governo, para a introdução de um milhão de imigrantes europeus, distribuídos em vinte núcleos agrícolas. A distribuição de imigrantes seria nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Santa Catarina. Ficando responsável por fundar três núcleos coloniais, em terras devolutas no estado catarinense, com a alcunha de colônia Nova Veneza.

⁴ “[...] quase 60% dos imigrantes italianos eram do Vêneto” (PERTILE, 2009 apud BELONI, 2016, p. 138).

Dois meses após terem firmado o contrato, no mês de dezembro de 1890, já estava em Santa Catarina o italiano da Sicília, Miguel Napoli, contratado da Companhia Angelo Fiorita e Cia⁵, que efetuou a compra de 30 mil hectares de terra, onde se daria a formação da Colônia Nova Veneza.

Pode-se dizer que a Lei Glicério não viabilizou apenas a colônia Nova Veneza. De acordo com Bortolotto (1992), a ida de Napoli à São Paulo, no início do mês de agosto de 1891, teria sido para a implantação de outra colônia italiana e, em seu lugar teria ficado em Nova Veneza o engenheiro, Bruno Garfagnoli, para auxiliar na direção da colônia. Os jornais da época, *Commercio* e *República*, também mencionaram o fato. Entretanto, vale esclarecer que pouco se fala da colônia paulista, visto que algumas vezes é citada a colônia Nova Veneza como a única com base no decreto lei a ter êxito.

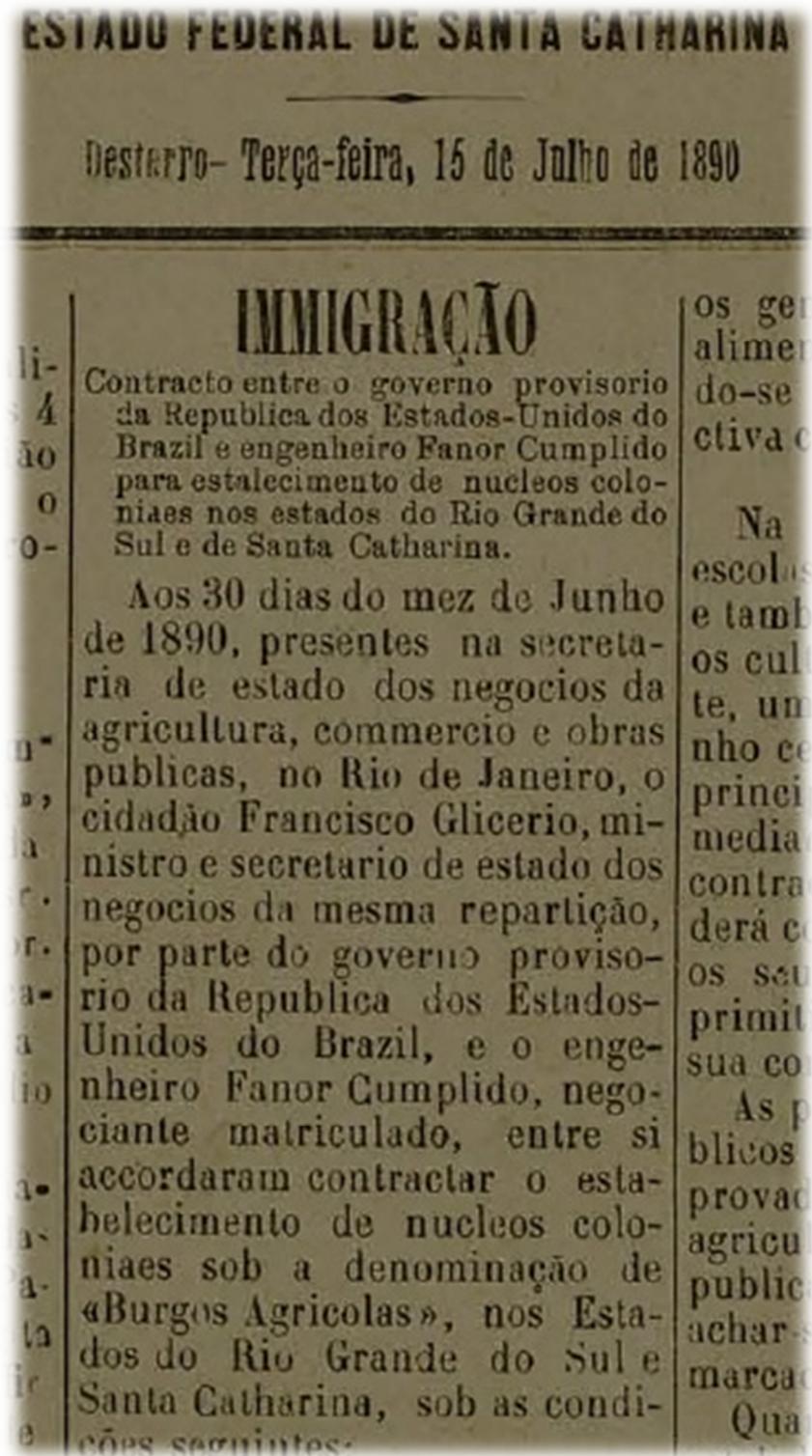
Nathália Pereira Cabral (2017, p. 33-34) esclarece que a Companhia Metropolitana tinha um contrato para criar várias colônias no país:

A companhia Metropolitana sediada no Rio de Janeiro era presidida por Carlos Augusto de Miranda Jordão, um influente negociante e engenheiro. Embora já atuante, passou a ter destaque no ano de 1890, quando assinou um contrato com a União para a criação de diversas colônias no país, tendo apenas a colônia Nova Veneza (SC) e Nova Trieste (SP) sido consideradas bem-sucedidas. Ao mencionar a colônia Nova Trieste, é importante ressaltar que a historiografia local comumente aponta Nova Veneza como a primeira colônia Republicana do Brasil e sendo a única colônia criada a partir da Lei Glicério, entretanto, podemos inferir que ambas surgem a partir da mesma legislação.

Concomitantemente à colônia Nova Veneza, a Companhia Metropolitana estava instalando também a colônia Nova Trieste em São Paulo, como relata o diário da colônia Nova Veneza em Santa Catarina, onde eram realizados pagamentos em dinheiro para a colônia paulista.

⁵ “Vale ressaltar, que no ano seguinte da assinatura do contrato, em 16 de junho de 1891, a empresa Angelo Fiorita & Cia, passou os seus direitos e deveres à Companhia Metropolitana, sendo agora a Companhia encarregada pela implantação da Colônia Nova Veneza” (BORTOLOTTI, 1992, p. 19).

Figura 1 - Notícia da Lei Glicério em jornal do Commercio de 1890.



Fonte: Jornal do Commercio (1890, p. 01).

A notícia da lei em jornais (Fig.1) da época transparece a importância e relevância dada ao tema, desde que a lei foi promulgada. Como evidenciado no 1º artigo do decreto, a Lei Glicério, deixava integralmente livre a entrada, nos portos da República, de indivíduos 'válidos' e aptos para o trabalho, que não se encontravam

sujeitos a condutas e ações criminais do seu país, com exceção os “indígenas da Ásia, ou da África” (Lei nº 528, Glicério). A lei restringia alguns grupos quando não se tratavam de “indivíduos válidos”.

Art. 5º Sómente terão passagem integral ou reduzida, por conta do Governo Federal:

1º As famílias de agricultores, limitados aos respectivos chefes, ou aos seus ascendentes os indivíduos maiores de 50 annos;

2º Os varões solteiros maiores de 18 annos e menores de 50, uma vez que sejam trabalhadores agricolas;

Os indivíduos enfermos ou com defeitos phisicos, sómente terão passagem gratuita, si pertencerem a alguma familia que tenha pelo menos duas pessoas válidas (ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL, 1890, p. 1424) (Publicação Original).

O governo, pela lei, também garantia o direito de ser repatriado por conta do estado brasileiro. Cita-se, por exemplo, o caso das viúvas e crianças órfãs de pai na colônia Nova Veneza, que foram repatriadas:

Art. 17. Sómente terão direito a ser repatriados por conta do Estado:

1º As viuvas e orphãos, que tiverem perdido seus maridos ou paes dentro de um anno, após sua chegada aos portos da Republica;

2º Osimmigrantes que ficarem inutilizados em consequencia de desastre soffrido no serviço a que se dedicaram, uma vez que não tenham ainda um anno de residencia na Republica.

Os immigrantes, que se acharem nestas circumstancias, terão, quando solicitarem, além da necessaria passagem, o auxilio de 50\$ a 150\$, conforme o numero de pessoas da familia, para as despezas de viagem e installação.

Nestas disposições, sómente se comprehendem os immigrantes que tiverem sido introduzidos no paiz com passagem paga pelo Estado (ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL, 1890, p. 1424) (Publicação Original).

Como declarado na lei, as companhias, que desejassem receber imigrantes, deveriam apresentar à Inspetoria Geral das Terras e Colonização⁶, o pedido declarando o número de pessoas ou de famílias que almejassem, a nacionalidade a que pertenciam e as vantagens que lhes eram oferecidas, conforme a que serviço fosse indicada.

Mediante o exposto, cita-se alguns artigos que beneficiavam o imigrante na lei acima. Percebe-se que a lei buscava jovens imigrantes e adultos em idade até 50 anos, considerados aptos ao trabalho, sadios e moralmente dispostos a construir e contribuir para a produção na lavoura. Sendo que as companhias colonizadoras

⁶ A Inspetoria-Geral das Terras e Colonização tornou-se responsável pelas competências das duas antigas repartições, cabendo-lhe demarcar as terras públicas daquelas de domínio particular; fiscalizar e dirigir todos os serviços relativos a imigração e colonização e promover a imigração espontânea e o estabelecimento dos imigrantes. A inspetoria ficou dividida em duas seções, cabendo à primeira as atividades relativas à terra, e à segunda, as de imigração. Decreto n. 6.129, de 23 de fevereiro de 1876.

concediam ao imigrante ferramentas, sementes e uma casa provisória no lote para sua subsistência, até que a lavoura começasse a produzir.

A Lei Glicério proporcionou aos imigrantes da colônia Nova Veneza, uma ajuda ainda não existente em outras colônias antes de 1891. A empresa colonizadora parecia aos olhos dos imigrantes uma mão estendida. A Companhia Metropolitana era uma empresa privada que se beneficiou dos investimentos públicos, comprando do governo e revendendo aos imigrantes as terras devolutas do Estado.

Segundo Baldessar (2005, p. 254), a Lei Glicério favoreceu os imigrantes de Nova Veneza, em comparação aos chegados anteriormente:

Os imigrantes de Nova Veneza vieram mais bem equipados e de bolso mais recheados do que os de Urussanga. (...) A Lei Glicério, também os favoreceu e com isso o dinheiro lhes sobrou. (...) Pe. Marzano em seu livro, comenta a perdulância dos Imigrantes de Nova Veneza: "Os novos colonos estavam em contínua alegria e comiam fundo na poupança trazida".

Estradas precárias, apesar da ação dos colonos em mantê-las, inúmeras promessas feitas e nunca cumpridas, fora outras razões, fez com que no corrente ano de 1895, sem que a empresa colonizadora tivesse levado a frente com resultado satisfatório a implantação de outro empreendimento imigratório, o contrato para a inserção de imigrantes fosse desfeito.

Aos cinco dias do mês de setembro de 1896, presentes na secretaria de Estado dos negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, na capital Federal, o engenheiro Antonio Olynto dos Santos Pires Ministro de Estado dos Negócios da mesma repartição, por parte do Governo Federal dos Estados Unidos do Brasil e a Companhia Metropolitana por seu presidente, o engenheiro Carlos Augusto de Miranda Jordão, entre si acordam, nos termos do parágrafo 11, nº 3, do art. 6º da Lei 360, de 30 de dezembro de 1895, rescindir o contrato – celebrado em 12 de agosto de 1892 para a introdução de um milhão de imigrantes, - mediante a indenização de oito mil e quinhentos contos de réis (8.500.000\$), previamente ajustado com o Banco da República do Brasil (...) (JORNAL REPUBLICA, 1896, p. 02).

A colonização, tinha como objetivo a povoação do vasto território considerado não ocupado na região sul do Brasil. Partindo deste ponto, Seyferth (2015 p. 46) destaca o compromisso de ocupação e inclusão de imigrantes nessas áreas, ou seja, de "gente civilizada", prestando-se à consolidação do Estado Imperial, onde ocorreram duas guerras com países vizinhos e duas revoltas (Farroupilha, entre 1835 e 1845, e Federalista, em 1893).

Entretanto, essa região já era tomada por pessoas que detinham o espaço, e tiravam da natureza a garantia de sobrevivência, fato que em algumas vezes, é omitido.

Segundo Zanini (2004, p. 54):

Na maior parte das narrativas com as quais trabalhei, fossem as advindas de descendentes ou de intelectuais locais, as construções se estabeleciam como se houvesse um período anterior à chegada do imigrante na qual a terra era improdutiva e inabitada e um depois, as roças, as casas, a natureza domesticada e já integrante do universo simbólico dos imigrantes.

Era evidente que as companhias colonizadoras sabiam da existência de luso-brasileiros, e dos Xokleng⁷ nas regiões em que seriam ocupadas pelos imigrantes italianos. Os índios Xoklengs eram considerados “selvagens”. A Metropolitana se omitiu nessa questão, pois invariavelmente o interesse do imigrante diminuiria. Tratados como animais, seres inferiores, esse grupo teve seu território tomado, logo apareceram os conflitos, pois não houve respeito ou interesse aos seus costumes. O enfrentamento entre eles foi inevitável e fatídico, os Xoklengs foram sendo dizimados de forma violenta, vítimas da colonização.

Esses fatores alteraram o cotidiano na colônia, muitos colonos ficaram assustados e houve quem quisesse sair. A figura truculenta do diretor da colônia Miguel Napoli foi posta em prática, e contratados os bugreiros⁸, homens que conheciam a região e sabiam onde, na mata, podiam encontrar os indígenas. Os massacres aconteciam para assegurar a posse e permanência nas terras. Esses homens faziam figura de herói. Em Nova Veneza, ficou conhecido como um dos maiores bugreiros da região, o agrimensor Natale Coral, amigo de Miguel Napoli e funcionário da Companhia Metropolitana.

Sobre o extermínio dos indígenas, Mauricio Selau (2006, p. 6) cita a política indigenista do século XIX:

Demonstra-se que o extermínio do grupo Xokleng no Sul Catarinense e a consequente espoliação de suas terras foi possível devido à política indigenista do século XIX que previa “guerra” aos botocudos, entre os quais estão incluídos os Xokleng. Esta “guerra” serviu de terreno para a construção de representações sobre este grupo indígena que será apropriada pelos imigrantes e externado por meio do termo “bugre”, que classificava os indígenas como incapazes de convívio com a sociedade da qual os imigrantes faziam parte. Surge, portanto, as justificativas para as ações que foram desenvolvidas visando a garantia de segurança nas colônias, ou seja,

⁷ Selau, (2009, p.113). Do ponto de vista linguístico os Xokleng pertencem ao tronco Jê, distinguindo-se como um grupo étnico com dialeto próprio. No Sul Catarinense eram nômades e viviam em grupos pequenos entre oito e quinze pessoas, deslocando-se conforme a estação entre o litoral e as bordas do planalto serrano. No inverno reuniam-se em grupos um pouco maiores, ou nas ocasiões de um ataque reuniam em torno de 30 pessoas. O grande grupo reunia-se de tempos em tempos por ocasião da cerimônia de perfuração dos lábios.

⁸ Segundo Selau (2009, p.15). Na maioria das vezes eram luso-brasileiros ou mesmo colonos com fama de destemidos e corajosos que entravam na mata em perseguição aos indígenas, até encontrá-los em seus acampamentos e promoverem verdadeiras chacinas

o trabalho dos bugreiros, que consistia no extermínio dos Xokleng, com aval das autoridades constituídas.

Ressaltando-se, que este fato da história da colonização tinha o aval e patrocínio tanto das empresas colonizadoras como do governo, por se tratarem de pessoas “não civilizadas” e que estavam atacando os imigrantes. Sendo que, por sua vez, estes estavam apenas defendendo o território pelo qual já ocupavam, pois, os indígenas não tinham consciência da propriedade privada. Esses ataques deram força ao ideário de que os indígenas eram incapazes de viver em sociedade.

Segundo Bortolotto (1992), nos anos 1891 a 1897 a colônia recebeu 2.921 imigrantes, sendo que na ocasião em que foi feita a lista muitos já haviam saído da Colônia, casado, falecido e muitas crianças já haviam nascido em 1902. Assim, esse considerável contingente de imigrantes foi encurtando à medida que o movimento federalista chegava ao estado de Santa Catarina, em 1893, causando uma queda na imigração no Sul do estado.

Selau (2006, p. 96) afirma que o governo não subsidiaria mais a entrada de imigrantes, após a Revolução Federalista que ocorreu entre 1893 e 1895. Ao término deste conflito, “além da necessária reconstrução de algumas áreas, o governo federal definiu que não mais subsidiaria passagens aos imigrantes e que este tipo de auxílio seria prerrogativa dos governos estaduais”.

Em sua maioria, os imigrantes italianos que vieram para a colônia Nova Veneza, eram pobres camponeses, sem instrução e não estavam em pé de igualdade, pois havia os trabalhadores da Companhia Metropolitana. Na condução da direção da colônia, estava o italiano, nascido na cidade de Palermo, capital da Sicília, Michele Napoli (abrasileirado para Miguel). Acompanhado de Federico Selva, desenhista, Natale Coral como agrimensor e Gersavio di Luigi Bortoluzzi como agente recrutador. Os quatro primeiros nomes que estão na lista de imigrantes que ingressaram na colônia Nova Veneza de 1891 a 1897, são de trabalhadores da Companhia⁹. Napoli foi incumbido da direção da Angelo Fiorita & Cia.

A empresa Angelo Fiorita e Companhia, ao obter do governo um território de 30.000 hectares de terra, entregou a direção da Empresa a Miguel Napoli, de Palermo. Napoli nomeou Gervásio Bortoluzzi e Gaetano Feltrin como agenciadores, incumbindo-os de mobilizar e trazer imigrantes para Santa Catarina (OTTO, 2005. p. 62).

⁹ Relação completa de imigrantes entrados na Colônia Nova Veneza de 1891 a 1897 feita por volta de 1902, a qual consta no livro “História de Nova Veneza” de Zulmar H. Bortolotto (1992, p. 271). Existe também uma relação de nomes entrados na Colônia em poder da Cia. Metropolitana (localizada no centro da cidade de Criciúma/SC).

Como bom estrategista, Napoli¹⁰, intermediava os conflitos entre os imigrantes e a Companhia, e se apresentava como um chefe, perante os imigrantes, tecendo também uma boa rede de relacionamentos. Por ser uma pessoa muito bem relacionada, tinha acesso aos políticos, Lauro Muller, e o então governador do estado, Hercílio Pedro da Luz, influência esta que lhe trouxe vários benefícios no futuro em negociações. Sendo também citado por diversas vezes em jornais da época, apenas com o intuito de uma propaganda pessoal.

Porém, boa parte deste sucesso é advindo da boa situação que a Companhia Metropolitana lhe alçava, sendo que em algumas ocasiões foram usadas em benefício próprio. Baldessar discorre que o fato de ter um investimento maior na colônia Nova Veneza, refletia na organização, e sobre as outras colônias, como na colônia Azambuja, “ele trouxe mais dinheiro para ser empregado na Colônia e tudo isso repercutiu entre os imigrantes que aqui já estavam desde 1877” (BALDESSAR, 2005, p. 253).

Aproveitando-se de seu prestígio como o diretor da colônia Nova Veneza, conseguiu colocar algumas de suas ambições em prática. Bortolotto (1992) destaca as investidas mal sucedidas de Napoli, que “conquistou” o direito de concessão das salinas em Itapirubá-Laguna e ao norte da colônia Nova Veneza comprou do governo 15.000 hectares de terra. A compra das terras foi julgada como irregular, pois as mesmas já haviam sido vendidas e medidas para a Companhia Metropolitana. Empenhou-se em implantar a colônia Trinácia e também não obteve sucesso no campo político na única vez que se candidatou, ao cargo de Deputado Estadual.

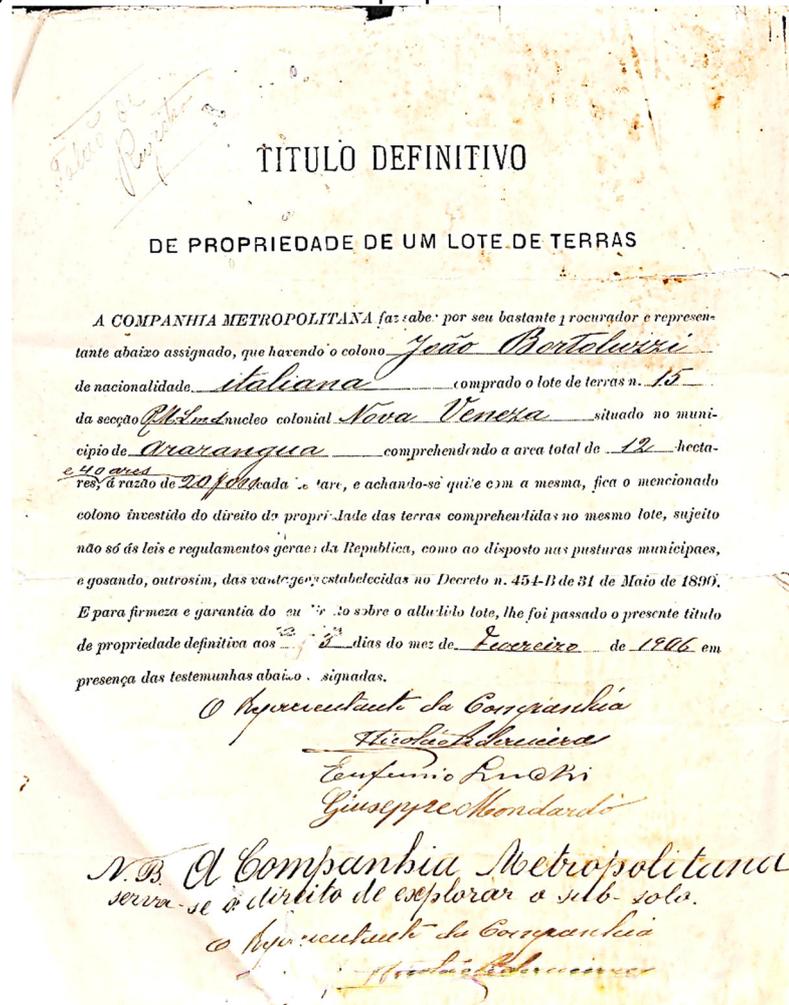
Ainda segundo Bortolotto (1992, p. 71), já no ano de 1894, a Cia. Metropolitana começava a mudar seus interesses e seu ramo de atuação, da “introdução de imigrantes europeus para exploradora de carvão, abundante no sul do estado, passando a se chamar Companhia Carbonífera Metropolitana”.

Confirmando esse discurso, tem-se o documento de um título definitivo de propriedade de um lote de terra (Fig. 2), em que deixava explicitado que a Companhia Metropolitana reservava-se ao direito de explorar o subsolo. Pode-se entender, que a Cia. se resguardava desse fato e que tinha conhecimento que havia carvão mineral

¹⁰ Napoli após sua rescisão da Metropolitana, saiu da colônia Nova Veneza, indo residir em Orleans e continuou suas inúmeras viagens e negociações. Falecendo no Rio de Janeiro, no ano de 1926, onde está sepultado. Disponível em: Portal Veneza <https://www.portalvенеza.com.br/miguel-napoli-e-luigi-pirandello>. Acesso em: 28 set. 2018.

nessa região, para futuramente usar a seu favor para extração, sendo que ao entorno do centro da colônia e arredores não havia, fato que possivelmente não sabiam. O que se pode deduzir como um dos fatores da estagnação do centro da colônia, hoje a cidade de Nova Veneza, e o crescimento no município de Criciúma.

Figura 2 - Título definitivo de propriedade de um lote de terras.



Fonte: Centro de Memória e Documentação da UNESCO - CEDOC.

Napoli ainda era o diretor da colônia, porém, mesmo com predileções voltadas em outros ramos de atividades. Em 15 de setembro de 1899 já estava a caminho de Florianópolis o novo representante. Segundo publicação do jornal Republica: “O Sr. Nicolao Pederneiras, representante da Companhia Metropolitana n’este Estado, oficiou ao sr. Miguel Napoli, dispensando-o do cargo de diretor da Colônia Nova Veneza” (REPUBLICA, 1899, p. 1).

Após a rescisão de Napoli da direção da colônia, que durante algum tempo foi responsável por tensões, conflitos e promessas não cumpridas com os colonos a

frente da Companhia Metropolitana, assumiu o cargo, Nicolao Pederneiras, que permaneceu na colônia por dois meses e passou a direção para Alfredo Pessi, que já fazia parte do quadro de trabalhadores da Companhia. Desde esse momento, a colônia teve novos rumos e novas alianças.

3 FUNDO BORTOLUZZI: PEÇAS DE UM GRANDE QUEBRA-CABEÇAS

Entende-se que o arquivo requer um exercício de contextualização analisando seu período e cenário de produção. Giovana Emos (2016, p. 776) apresenta essa discussão ao considerar que os arquivos são capazes de fundamentar memórias coletivas, “a memória arquivada é imprescindível ao trabalho de pesquisa profissional e é intrínseca à problemática da escrita/narrativa da História”.

A priori, um documento não existe para avaliar um fato no seu instante exato, mas sim, para testemunhar/comprovar. Nesse sentido, o arquivo é resultado do tempo/espaço, sendo, portanto, espaço de produção de conhecimento histórico.

A memória arquivística é um tipo de memória embasada em registros guardados institucionalmente e que são as fontes de confecção do trabalho historiográfico: materiais a partir dos quais o historiador pode realizar sua pesquisa, definir temas e com os quais escreve o texto histórico. A memória arquivada é intrínseca na construção das principais categorias epistemológicas da ciência histórica: 1) arquivo/prova documental/testemunho ;2) explicação/compreensão;3) representação escriturária do passado (EMOS, 2016, p. 775).

Bruno Delmas, esclarece em quatro pontos a forma de como fundamentar e esclarecer cuidados e cautelas indispensáveis com arquivos. Primeiro ponto, é a função de provar, que está relacionado a questões jurídicas. Segundo ponto, a atribuição de lembrar, que está vinculado a questões cotidianas, pois permite o discernimento na execução de tomadas de decisões, a partir de experiências obtidas. No terceiro ponto, a postura é de compreender, uma vez que a compreensão traz conhecimento e embasamento nas pesquisas, sendo que períodos históricos passaram a reconhecer o conhecimento por meio de arquivos. Por fim, o quarto ponto que é a identificação, que passa por um processo de reconhecimento das relações sociais, da vida de terceiros em arquivo (DELMAS apud AGUIAR; BARBATHO, 2013, p. 6).

Assim, compreende-se a importância do arquivo, enquanto meio de pesquisa, assimilando e auxiliando na compreensão do objeto de pesquisa. Nesse caso, a documentação estudada é referente ao Fundo Bortoluzzi, que como mencionado anteriormente, está localizado no Centro de Memória e Documentação da UNESCO (CEDOC), situado na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESCO, em Criciúma/SC. Segundo Michele Gonçalves Cardoso e Nathália Pereira Cabral, no artigo intitulado “A história e a prática arquivística: reflexões sobre o trabalho com os

documentos do acervo ‘Empresa Bortoluzzi’ do CEDOC/UNESC”, o acervo chegou até a instituição, que na época era coordenado pelo historiador João Henrique Zanelatto:

A trajetória do Fundo Bortoluzzi enquanto documentação histórica pertencente ao Centro inicia em meados de 2011, por meio de uma doação feita por um empresário da cidade de Nova Veneza, localizada no sul de Santa Catarina. Ao realizar a compra de um imóvel, o empresário se deparou com uma vasta quantidade de documentos administrativos pertencentes às empresas dirigidas pela família Bortoluzzi, sendo esta documentação datada entre o final do século XIX e a metade do século XX (CABRAL; CARDOSO, 2017, p. 2).

O Fundo Bortoluzzi possui um acervo com cerca de 17 caixas em formato de arquivo, sendo que a maioria dos documentos, anteriormente, estava no sótão da antiga “venda” que pertencia a família. Esses documentos foram doados pelo comprador do imóvel e não pela família, e por estar em local inadequado, estão bastante danificados, devido ao desleixo dos herdeiros, dificultando o entendimento e a ordenação do arquivo.

De acordo com Farge (2009, p. 31), “o arquivo nasce da desordem, por menor que seja...” Ademais, é preciso dizer que estes documentos passaram por vários ‘filtros’, sendo eles, os familiares e comerciantes do entorno do centro de Nova Veneza, até a doação de parte deles ao CEDOC. O que foi doado é uma pequena parte do quebra-cabeças, que compõem o Fundo Bortoluzzi.¹¹

É conveniente ressaltar, que o arquivo tem um caráter técnico e de ordenação, sendo que nossa pesquisa se baseou pelos marcos temporais, estabelecidos previamente pelo Centro de Memória e Documentação. Trata-se de documentos administrativos, em sua grande maioria, de caráter contábil, trabalhista e também relativos às questões de Regulamentações acerca de Inspeção Sanitária de carnes e derivados, do qual a fábrica de banha da família mantinha indústria. Entre eles, livros caixas, alterações contratuais, registro de entrada de mercadorias na matriz e filiais, funções desempenhadas pelos funcionários e sócios da empresa, duplicatas, contratos de compra e venda de terrenos, plantas para futuras instalações, além de holerites descrevendo a distribuição de dividendos entre sócios e herdeiros.

¹¹A documentação encontra-se espalhada, (há documentos com familiares, museu municipal, comércio) e faz-se um esforço para tentar juntar as peças do quebra cabeça do qual o “Fundo Bortoluzzi” faz parte. Na primeira semana do mês de outubro de 2018, foi encontrado no Museu do Imigrante, Rua Cônego Miguel Giacca no município de Nova Veneza alguns livros caixas e documentos ainda não analisados.

Faz-se necessário salientar, que alguns documentos encontrados no montante podem ser relativos a outras instituições, ou seja, parceiros comerciais, empreendimentos de parentes, o que poderia esclarecer a dificuldade de assegurar uma ordenação, haja vista, a falta de adoções corretas ao manuseio e a situação de desleixo do local que se encontravam anteriormente.

3.1 MIGRAÇÃO FAMILIAR NA COLÔNIA NOVA VENEZA

A colônia Nova Veneza abrangia o que nos dias de hoje são o município de Siderópolis, em sua totalidade, e partes dos municípios de Urussanga, Treviso, Criciúma e Nova Veneza, localizados na região sul catarinense. A sede da colônia foi fundada onde atualmente é o município de Nova Veneza, que foi elevado a vila em 1913, pertencente ao município de Campinas, hoje Araranguá. Em 1926, passou a pertencer ao recém-criado município de Criciúma, até sua emancipação em 1958.

A instalação da colônia tinha como um dos objetivos o desenvolvimento agrícola, gerando, segundo esse discurso, progresso econômico para a região sul catarinense. Por esse motivo, segundo Seyferth (2015, p. 57) a imigração devia ser dirigida por imigrantes escolhidos, formados por núcleos familiares, jovens em sua maioria. “Nesse discurso, eram indesejáveis, por questões morais, os andarilhos, os nômades (ciganos) e as prostitutas. Tanto quanto os desocupados, desordeiros e ébrios, acusados de serem responsáveis pelos motins nas colônias”. A imigração familiar europeia servia também como um limitador nas questões raciais, já que não queriam os nacionais que eram mestiços, negros, luso-brasileiros e indígenas, argumentando em favor da busca do branqueamento da nação.

No tocante ao cotidiano do núcleo familiar da colônia Nova Veneza, a tela do gaúcho Pedro Weingartner, do ano de 1893, intitulada “Vida Nova”¹² (Fig. 3) retrata uma visão sobre a colônia Nova Veneza, dois anos após sua instalação. A vista seria do alto de um morro, onde mais tarde seria construída a casa para o diretor da colônia

¹² Podemos inferir que está obra é o único ‘retrato’ no século XIX, expondo a recém-criada colônia. Atualmente encontra-se na prefeitura municipal de Nova Veneza/SC no gabinete do prefeito. Essa imagem também é capa do livro de Zulmar Bortolotto, obra lançada em comemoração ao centenário da colonização italiana no ano de 1991.

Miguel Napolí¹³. A obra retrata a colônia sendo formada alheia a mata, recém derrubada, além de reforçar o discurso da imigração familiar.

Figura 3 - Vida Nova. 1893 (Nova Veneza), óleo sobre tela 120x160cm



Fonte: <http://joserosarioart.blogspot.com/2014/07/pedro-weingartner.html?m=1> Acesso em: 10 nov. 2018.

Como se pode observar, a mãe enquanto cuida das filhas sorridentes, prepara o alimento no fogo de chão. Roupas estão estendidas em varais. Ao fundo, o pai trabalha na pequena lavoura, sendo este o chefe da família, e autoridade máxima.

Esses aspectos ganham relevância na análise, pois nos permitem analisar uma representação do cotidiano, observando os anos iniciais de Nova Veneza. Surgiram casas modestas e desorganizadas geograficamente, sob o chão de terra batida de cor vermelha. O terreno irregular e tortuoso contribui para dificuldades no

¹³ Posteriormente, houve uma ampliação nas instalações do prédio, e desde então funciona o Hospital São Marcos.

estabelecimento na colônia. A mata ao fundo ainda intocada, que mais tarde seria derrubada quase que por completo.

Na construção do discurso imigratório – reforçado e difundido também pela obra –, a família como um lugar sagrado, no qual se constroem e se recordam as memórias e histórias. Nesse discurso, se propaga uma imagem de povo ordeiro, moralista e, principalmente, ligado a família, a fé e ao trabalho.

A religião, a família e o trabalho são entendidos como instrumento de coragem, força e persistência. No desconhecido, a nova terra, seria como se a religião e a força nessa crença mantivessem unida a família, fundamentando ainda, discursos de moralidade. Muitas vezes, a religião era usada para enaltecer e acreditar que a situação do imigrante no Brasil, fosse melhorar.

No Brasil, construíram, para si mesmos e para a sociedade nacional, a imagem de que eram ordeiros, trabalhadores e apegados à família e fé. Serão essas as qualidades incansavelmente auto atribuídas, bem como reconhecidas como pertencentes ao imigrante e às gerações sucessivas às suas (ZANINI, 2004, p. 54).

A presença da família era substancialmente significativa, pois, por meio da força do trabalho de todos, provinha o sustento, sendo esta a maneira de sobrevivência e persistência contra as adversidades enfrentadas. Conciliava-se assim, a união daquele grupo, em que se fundamentava na religião, sendo considerados, em sua maioria, fervorosos católicos. Apesar de serem cristãos e terem a religião como base na sustentação da família, vale questionar que cristão é esse que desconsidera o indígena? Que usa a caça ao indígena para se vangloriar, sustentando a imagem de herói?

Alicerçado nesse contexto, iremos tratar de como se dá a entrada da família Bortoluzzi na colônia recém instalada, Nova Veneza. A família chegou ao Brasil no ano de 1877, na colônia Azambuja¹⁴, colônia fundada no mesmo ano, pelo engenheiro maranhense Joaquim Vieira Ferreira. Esta colônia seria o primeiro registro de permanência de imigrantes italianos das regiões de Lombardia e Vêneto, no sul do estado. Lembrando que a colônia Nova Veneza foi instalada, em parte, pelas terras destinadas inicialmente para a ampliação da colônia Azambuja.

O historiador Mauricio Selau (2006, p. 95) descreve:

Estas terras aparecem no mapa de 1881 como reservadas para expansão da Colônia Azambuja. Parte delas também foi incorporada temporariamente ao

¹⁴ Não irei me aprofundar sobre a fundação e formação da colônia Azambuja, pois não é o intuito desta pesquisa. Ver mais em "A Colonização de Santa Catarina" de Walter Fernando Piazza (1994).

patrimônio dotal, e dez anos mais tarde são concedidas à empresa Ângelo Fiorita e Cia. por contrato de 22 de outubro de 1890 para a formação de um burgo agrícola de acordo com o previsto na lei Glicério.

A família se fixou no trecho de nome Rancho dos Bugres. Em entrevista realizada com Sérgio Bortoluzzi¹⁵, este narrou o trajeto feito pelos seus bisavôs, chegando em Laguna, fazendo o percurso, até a ligação do rio Pedras Grandes com o rio Tubarão (atual município de Pedras Grandes), à recém instalada colônia Azambuja, na localidade de Rancho dos Bugres. O casal Bortolo Bortoluzzi e Antônia de March vieram com os dois filhos, Giovanni e Giuseppe, e com outra criança mais velha, Oswaldo Burigo, filho apenas de Antônia, fruto de seu primeiro casamento. Antônia estava grávida do terceiro filho do casal, Humberto, que nasceu poucos dias depois da chegada em Azambuja.

Os três filhos do casal moraram na colônia de Azambuja até se transferirem, quatorze anos mais tarde, para a colônia Nova Veneza em 1891. Podemos inferir que a prerrogativa de mais de uma década em solo brasileiro tenha favorecido os colonos que aqui já estavam em comparação com os recém-chegados à Nova Veneza. O padre Quinto Baldessar escreveu sobre esta vantagem sobre os primeiros imigrantes chegados ao sul do estado:

A colonização de Nova Veneza teve um bom respaldo dos colonos de Urussanga, pois eles já contavam com mais de uma década de trabalhos em suas propriedades e por isso vinham frequentemente, com alimentos bem mais baratos do que os importados ou vindos de outros centros mais distantes que dependiam de fretes múltiplos até chegar a seu destino (BALDESSAR, 2005, p. 254).

Padre Luigi Marzano, traduzido por Pe. João Leonir Dall'Alba, discorre que as colônias estavam em crise nos anos posteriores à fundação de Azambuja, entre 1877 e 1891. Os colonos trabalhavam em tarefas agrícolas e não estavam satisfeitos com a renda obtida. Com a chegada dos novos imigrantes na colônia Nova Veneza, os benefícios foram sentidos pela maioria dos que estavam estabelecidos em Azambuja, pois os mesmos foram contratados, ainda que temporariamente, para dar início às obras da colônia que estava por se iniciar:

Uns foram contratados na medição dos terrenos, outros na abertura de picadas, outros na construção de edifícios, como armazéns, moinhos, casas

¹⁵ Entrevista realizada por Liane Carvalho em 25/08/2018. Sérgio Luiz Bortoluzzi é médico anestesista, reside em Criciúma/SC e atualmente está aposentado. Neto de João Bortoluzzi, um dos fundadores da empresa. Sérgio, durante algum tempo, escreveu sobre a história da família e, posteriormente, lançará um livro. Foi o primeiro descendente direto da família a ir para a Itália em 1968, mantendo laços estreitos até hoje com os parentes que lá permaneceram.

coloniais, ou na abertura de estradas. Enfim, muitos ganharam bom dinheiro, outros ainda, não especializados em obras, ocupavam-se a levar aos recém-chegados seus produtos coloniais, como milho, galinhas, cachaça, açúcar, feijão, ovos, toucinho, banha e até laranjas e batatas. Tudo era vendido e consumido num átimo. Vendia-se tudo e tudo bem pago, a dinheiro vivo. Era um continuo vaivém de pessoas atarefadas, as mulheres com seus cestos nas costas e os homens guiando mulas e burricos carregados de tudo um pouco (MARZANO, 1985, p. 98-99).

Gervásio Bortoluzzi era um agente recrutador, incumbido pelo diretor da colônia Miguel Napoli, de introduzir em Nova Veneza imigrantes italianos. O seu papel, junto a Gaetano Feltrin, era de tentar atrair, mediante as propagandas espalhadas na Itália, o maior número de imigrantes para a colônia. Cabe ressaltar que, a convite de Gervásio, vieram para o Brasil muitas pessoas de sobrenome Bortoluzzi, porém nem todas pertencendo ao mesmo grupo familiar, pois, segundo Sérgio Bortoluzzi, o sobrenome era dado conforme a região.

A historiadora Claricia Otto (2006, p. 62) enumera as regiões e quantidade de imigrantes chegados ao Brasil, trazidos por Gervásio e Gaetano:

Esses dois agentes foram a Itália em 1891, mais especificamente às províncias de Treviso, Beluno, Bérgamo, Pádua e Mântua, com a finalidade de atrair imigrantes. Em 1891 chegaram 4.290 imigrantes italianos para essas colônias catarinenses e, em 1892, mais 1.348 imigrantes, das localidades de Bérgamo, Cremona, Ferrara, Verona e Mântua.

Pode-se deduzir que a transferência dos irmãos Bortoluzzi de Azambuja para Nova Veneza teve a influência do mesmo, pois Gervásio era primo de Bortolo, pai dos irmãos Bortoluzzi. Gervásio tinha grande influência, fato que lhe rendeu privilégios na escolha de lotes, denominou-se em sua homenagem a localidade de Rio Bortoluzzi, estabelecida com trinta e uma famílias. Mudaram-se para a colônia Nova Veneza apenas os três irmãos, Giovanni, Giuseppe e Humberto, os pais e o filho mais velho, Oswaldo Burigo, ficaram em Azambuja. Após o falecimento de Bortolo, Antônio e Oswaldo mudaram-se para o Mãe Luzia, localidade formada a partir da fundação da colônia Nova Veneza. Atualmente, é um bairro que pertence ao município de Criciúma.

Questionado sobre os possíveis benefícios sobre os demais imigrantes, recebidos de Gervásio, Sérgio afirma que os filhos de Bortolo “[...] foram crescendo na colônia Azambuja, e que eles estavam em condições de comprar alguns lotes, então eles compraram os lotes mais centrais na vila que estava se formando”.¹⁶

¹⁶ (BORTOLUZZI, 25/08/2018).

Ademais, em conversas informais, podemos inferir que a família tinha uma condição de vida melhor que a os demais imigrantes, ainda em Soverzene, província de Belluno na Itália, local onde morava a família antes do embarque para o Brasil.

Conversando com os descendentes da família, Susan Bortoluzzi¹⁷ fala dessa questão, assinalando que a Itália passava por questões internas que influenciavam o cotidiano das famílias, mas que a família Bortoluzzi estava razoavelmente bem lá, e que a nova colônia também precisava de imigrantes em várias frentes de trabalho e este pode ter sido um dos motivos da imigração para o Brasil.

Os irmãos cresceram na colônia Azambuja, cada um desempenhando uma função. O mais velho, Giovanni (que em português é chamado de João), conhecido no ramo comercial e político, trabalhou como caixeiro-viajante, uma das ocupações mais antigas. Era representante e vendia diversos tipos de produtos à pronta-entrega, sendo uma das únicas formas de revender e transportar mercadorias na época, fazendo um frete só, o da venda e o da entrega ao mesmo tempo, já que havia uma distância enorme entre uma localidade e outra, além da falta de meios de locomoção e estradas precárias daquele período.

Após ter sido caixeiro-viajante, João e os irmãos, ao chegarem em Nova Veneza, compraram lotes centrais na colônia e iniciaram os trabalhos com a serraria e a atafona. Posteriormente, compraram o primeiro estabelecimento comercial, após a saída de Miguel Napoli, primeiro administrador da colônia, e o fechamento de seu armazém, que servia à colônia e região, sendo de responsabilidade da Cia. Metropolitana. O neto Sérgio Bortoluzzi conta que “estabeleceram primeiro um armazém, e começaram a comprar a produção da região, fosse de cereal ou de animais”.

Podemos inferir que o crescimento dos Bortoluzzi se deu após a saída de Miguel Napoli, pois agregaram aos seus negócios a Casa de Comércio (“venda”, como era chamada na época).

Ostetto (2014, p. 51) discorre sobre os derivados feitos a partir da carne de porco produzidos na fábrica:

¹⁷ Entrevista realizada por Liane Carvalho no dia 09/08/2018. Susan Bortoluzzi Brogni, que é neta de João Bortoluzzi, mora em Nova Veneza no bairro Bortoluzzi, que também foi denominado pela sua família. Atualmente é secretária de Cultura e Turismo no município de Nova Veneza/SC

Enquanto no interior da colônia as famílias se organizam como unidade produtiva, desde 1891, no centro de Nova Veneza, prosperava a Industria e Comercio Bortoluzzi S.A., a qual contava como uma fábrica de produtos suínos, e sua sede ficava onde hoje é a praça da chaminé. Produzindo salame, banha, torresmo, toucinho, além do preparo da própria carne, que era salgada e colocada num “jacá”, uma espécie de caixa de madeira, a “fábrica de banha” como também era conhecida, exportava sua carne até para o Rio de Janeiro.

A empresa Bortoluzzi exercia as funções de exportadora/importadora, beneficiadores de arroz, e indústria de madeiras de lei, pinho e tacos. Com a Casa de Comércio se originou uma teia de relações entre os irmãos comerciantes e os colonos, de forma que tudo, ou quase tudo, passava pelos Bortoluzzi, já que na época a forma de sobrevivência nas colônias era a produção agrícola, especialmente de feijão, milho e batata, além da criação de suínos. Segundo Ostetto (2014) mantinha-se essa relação de dependência entre os colonos e o comércio dos Bortoluzzi, que tinham a necessidade de vender o excedente de sua produção para poder comprar os produtos de seu dia a dia: ferramentas, tecidos, utensílios domésticos, sementes e até mesmo a matéria-prima para os produtos que seriam vendidos, como o sal usado para salgar e manter conservada a carne entregue para venda.

Sabendo do interesse na compra de porcos, os colonos, após a engorda dos suínos, os traziam em carros de bois, ou até mesmo, guiados pela estrada. Em outras ocasiões, os porcos eram transportados após o abate. Na Figura 4, podemos observar a frente da Casa de Comércio, cheia de porcos entregues à empresa.

Figura 4 - Entrega de vara de porcos, em frente à Casa de Comércio (“venda”) dos Irmãos Bortoluzzi.



Fonte: Foto encontrada na recepção, no mesmo local, onde atualmente funciona a “Casa do Chico” Galeto e pizzaria, localizada no centro de Nova Veneza.

O ramo de negócio proposto pelos irmãos Bortoluzzi era vantajoso, tanto para eles como para os colonos, que viam na criação de porcos algo com retorno mais rápido e de fácil manejo. O serviço de alimentar os suínos era feito, em sua maioria, pelas mulheres, pois podiam cuidar da casa, da família e ainda gerar renda, e assim ficavam menos dependentes das condições climáticas, como na agricultura. A criação também proporcionava aos colonos uma forma de aprovisionar o capital, pois os porcos não precisavam ser vendidos em determinada época, ao contrário dos produtos provenientes da agricultura, entregues logo após a colheita, pois não havia como armazenar grãos na propriedade. Segundo Ostetto (1997, p. 54), “a criação de suínos transformava-se assim em um meio lucrativo, pois tinha a venda garantida aos Bortoluzzi”.

Havia também essa relação de compra e venda com o planalto serrano. Os tropeiros desciam a serra trazendo nos cargueiros de suas mulas: queijo e pinhão nas épocas de colheita, entre outros produtos, além de porcos. Compravam suprimentos que, na serra, não eram propícios ao clima, tais como gêneros alimentícios, e também utensílios domésticos.

As famílias que negociavam com o comércio Irmãos Bortoluzzi tinham uma conta distinguida através do livro-caixa e identificada pelo nome do pai da família, a

quem cabia negociar e era autoridade máxima dentro do lar. Somente após seu falecimento, a mãe da família continuava a conta na “venda”, demonstrando que as mulheres na época não tinham reconhecimento como trabalhadoras na agricultura e não podiam constituir um lote em seu nome.

O comércio e fábrica da família foi crescendo e ganhando força fora do estado, gerando empregos e a criação de filiais. A colônia Nova Veneza “prosperava”, e junto com ela os negócios da família. Em uma publicação de jornal do ano de 1895, referente a uma estatística realizada no ano anterior, pode-se evidenciar o detalhamento dos lotes, o número de imigrantes e famílias, o comércio e, também, elogios auferidos ao diretor Miguel Napoli. Podemos entender a publicação da notícia como uma propaganda pessoal do diretor. Nesta estatística, percebe-se que a fábrica já estava funcionando e era a única da colônia.

De uma interessante estatística de Nova Veneza, organizada em 1894, extrahimos os seguintes dados, pelos quaes poder-se-há avaliar da importância dessa florescente colônia, que deve o elevado grau de progredimento em que se acha à perseverante e dedicada direção do sr. Miguel Napoli.

Lotes – 684 vendidos, 544 disponíveis

Estradas e caminhos vicinais – A extensão das primeiras é de 68.794 kilometros e a dos segundos é de 328.730

Immigrantes – Entrados 3764, estabelecidos 2924, sahidos 837

Casas colonias – 632 construidas, 2 provisórias

Predios – 10 para a administração, 34 particulares

Edificios em construção – 3 egrejas e 2 particulares

Possue mais: **uma fabrica a vapor de produtos suínos**, uma pharmacia, tres serrarias, seis moinhos, 20 casas de negócio, tres padarias, duas ferrarias, duas marcenarias, quatro olarias, tres cervejarias, seis sapatarias, duas fabricas de chapeos, cinco charcuterias, três açogues e dois cortumes.

Numero de famílias – E de 634 o numero de famílias localizadas, assim distribuídas: Nova Veneza 232, Belluno (inclusive o núcleo de Jordão) 183; Treviso (inclusive o núcleo de Belvedere) 219.

Sexo – São do sexo masculino 1503 habitantes; do sexo feminino 1421.

Nacionalidade – São italianos 2885, brasileiros 31, allemães 8.

Area – Tem 3.749 hectares cultivados, 26.281 incultos.

Produção – E' a seguinte:

Milho (sacos) 20.225

Feijão (idem) 870

Arroz (idem) 541

Trigo (idem) 49

Fumo (kilos) 3.550

Canna em cultivo (hectares) 34

Vaccas 504

Cavallos 300

Porcos 3.154

Cabras 225

Galinhas 9.474 (JORNAL REPUBLICA, 1895, p.01) (grifo nosso).

O processo em que estava envolvida a linha de derivados de carne suína se remete ao espaço de transformação e produção em série (transformação da

matéria-prima proveniente da pecuária, o porco, variando o processo de transformação, seja ele em banha, linguiça ou torresmo). Já a Casa de Comércio dos Bortoluzzi vendia os produtos prontos ao consumidor, oferecendo uma vasta lista dos mais diversos produtos, como gêneros alimentícios, tecidos e armarinhos, produtos para pesca, calçados, ferramentas agrícolas, bebidas, entre outros.

O poderio econômico e social da família também incluía a política. O diretor da empresa, João Bortoluzzi, era militante e membro do Partido Republicano Catarinense (PRC) em Araranguá. Em reunião do partido no ano de 1924, João foi escolhido como representante de Nova Veneza, juntamente com Marcos Rovaris, Pedro Benedet e Fábio Silva, representantes de Criciúma que pleiteavam sua emancipação (que ocorreu no final de 1925). Porém, João faleceu no corrente ano, antes mesmo que seu futuro dentro do partido fosse decidido.

Já em 21 de junho de 1958, por meio da Lei nº 348, Nova Veneza conquistou sua emancipação política, tornando-se município. Elegeu como seu primeiro prefeito, dois meses após a emancipação, o filho do falecido João, Alfredo Bortoluzzi, pela União Democrática Nacional (UDN), que já havia administrado Criciúma por meio de uma designação do interventor federal entre 1945 e 1947. Elegeu-se em 1968 para o cargo de vice-prefeito e, já no ano de 1972, foi reeleito como prefeito.

Ademais, vale salientar que, em pesquisa aos documentos do “Fundo Bortoluzzi”, há referências a questões políticas¹⁸, deixando transparecer a importância política da família no cenário catarinense (documentos em questão são datados de 1961, mandato de Alfredo Bortoluzzi). Há indicações em acordo com o artigo 98º, parágrafo 1º da Lei nº 2 de 23 de julho de 1948, para que o então deputado estadual Ruy Hülse intermediasse uma conversa entre o governador e o prefeito de Nova Veneza, Alfredo Bortoluzzi. No ofício, Hulse solicita ao governador do Estado a estrada que liga a localidade de Mãe Luzia, no município de Criciúma, à vila de Meleiro, no município de Turvo (Meleiro seria emancipada meses depois, em 27 de novembro de 1961), passando pelas seguintes localidades: São Bento Baixo, Nova Veneza e outras cidades vizinhas.

Em outra indicação de ofício da Assembleia Legislativa, sobre seções dos temas que seriam tratadas em reuniões extraordinárias, solicita o auxílio do governo

¹⁸ Fundo Bortoluzzi – Documento: **Indicação** Sala das Sessões da Assembleia Legislativa - Dep. Ruy Hülse, nº30/61 e nº31/61 (CEDOC).

do Estado, no sentido de dotar de energia elétrica algumas localidades, nas cidades de Criciúma, Forquilha e Nova Veneza, o que indicaria um possível apoio da família à reeleição de Hülse.

A forte participação dos Bortoluzzi na política de Nova Veneza se deu com Alfredo, seu maior expoente, que ocupou um cargo político relevante em 1972. Este prestígio também denominou vários locais públicos em Nova Veneza com nomes da família Bortoluzzi, tais como nomes de ruas, bairro e nome da praça central.

Estreitamos nossa pesquisa na segunda fase da empresa, período em que a razão social era Bortoluzzi Irmãos e Cia. Analisando documentos corporativos da empresa e fotos que contam mais sobre esse período, localizadas na “venda”¹⁹, podemos observar que nesse período a marca estava consolidada e que eram enviadas remessas de banha de porco enlatada a outros estados. Segundo Sérgio Bortoluzzi, que em outras oportunidades já escreveu sobre a família e seu monopólio, realizava-se envios de grandes remessas, inclusive para cidades de outros estados, tais como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santos e Recife.

Em uma declaração redigida em maio de 1929²⁰, constatou-se que a empresa da família Bortoluzzi registrou o começo de suas atividades em 1 de janeiro de 1904, sendo que nesta data já contava com duas filiais, uma em Novo Treviso (na data comarca e município de Urussanga) e outra em Rio Turvo (na data município de comarca de Araranguá). Vale ressaltar que há divergências na data de início da operação da empresa. Há documentos que relatam o início das atividades nos anos 1899, 1900 e 1904. Em uma consulta pública²¹, é possível perceber que naquele período as exigências contábeis eram outras e, portanto, podemos inferir que o registro foi feito tardiamente, só em 1929, o que pode ser o motivo das divergências no ano de fundação.

Conforme publicação em jornal, percebemos que no ano de 1906, o crescimento comercial da família era notável, o que só seria considerável se a empresa já tivesse há mais tempo em atividade. “(...) em Nova Veneza, começa a se

¹⁹ Atualmente o imóvel não pertence mais a família. É um estabelecimento comercial chamado Casa Do Chico Galeto Pizzaria. Mantendo ainda parte da arquitetura original, acervo de fotos, um livro caixa e o cofre principal da empresa.

²⁰ Fundo Bortoluzzi - Documento: Registro Comercial (Declaração) Nova Veneza, 18 de maio de 1929. Bortoluzzi, Irmão & Cia (CEDOC).

²¹ Consultado o NIRE, que se configura como registro de legalidade da empresa na Junta Comercial do Estado, no site da Junta Comercial De Santa Catarina, consulta feita no dia 02 de outubro de 2018.

destacar o comerciante João Bortoluzzi” (JORNAL CORREIO DO POVO apud BORTOLOTTI,1992, p.141).

Seu primeiro registro como pessoa jurídica foi com a razão social Bortoluzzi Irmãos, até o falecimento de um dos sócios, João Bortoluzzi, ocorrido em 1925. Os Irmãos, herdeiros e a viúva decidiram então, em 1929, alterar para Bortoluzzi Irmãos e Cia., nome que se enquadrava no inventário. Doze anos após a segunda mudança de razão social, no ano de 1941, foi registrada com a razão social de Indústria e Comércio Bortoluzzi S.A., até sua dissolução na década de 1960. Além da matriz na sede de Nova Veneza, a empresa mantinha algumas filiais na região, demonstrando o poderio econômico e comercial, sem concorrência direta, construindo um “império”, ao longo de quarenta anos. Em documentos administrativos que compõem o Fundo Bortoluzzi, é possível destacar algumas das filiais da empresa e as parcerias firmadas nas cidades da região e também fora do estado. Assim negociavam com toda a região sul catarinense, sendo um dos mais importantes compradores de suínos e de cereais, e tornando-se o maior parceiro comercial dos colonos e agricultores da região, já que não se encontra na historiografia local nenhuma outra empresa capaz de concorrer com a imponência dos negócios dos Bortoluzzi. Podemos considerar que eles, com suas estruturas físicas, de transporte e de comercialização, eram um dos maiores escoadores de mercadorias produzidas no Sul e também os maiores receptores de mercadorias. E os colonos, por sua vez, eram “ajudados” pela empresa dos Irmãos Bortoluzzi, pois os mesmos não teriam condições de armazenamento e transporte adequados para escoar a produção devido às condições precárias dos meios de transporte e das estradas.

Assim, os irmãos Bortoluzzi conduziam um monopólio, pois conseguiam controlar os preços das mercadorias, deixando os colonos sem margem de negociação. Sendo assim, os preços não eram baseados na oferta e demanda, proporcionando um desequilíbrio de mercado, fazendo com que os colonos se sentissem, ou realmente fossem explorados.

Os documentos encontrados no Fundo Bortoluzzi destacam as seguintes filiais²² e parceiros comerciais: filial de Novo Treviso em Urussanga, filial de Rio Turvo em Araranguá, e filial de Rocinha em Timbé do Sul. Os parceiros comerciais

²² Fundo Bortoluzzi - Documento: Livros Registro do Movimento de Estampilhas de Vendas e Consignações da Firma (CEDOC).

registrados seriam: Pedro Nazzari na Secção Selva em Nova Veneza, Claudino Damin no Morro do Meio em Turvo e Antônio Ghislandi em Siderópolis.

Percebe-se que, além da vasta quantidade de mercadorias vendidas, havia ainda um beneficiador de arroz, chamado arroz Dora²³, no entanto notou-se maior foco no setor de atividades da indústria de produtos suínos, tais como: preparos com a carne de porco salgada, salame, torresmo, toucinho e banha de porco, enviados em latas grandes com cerca de 19 kg.

Os documentos relacionados nas pesquisas mostram também que nesse período (1934), já havia um cuidado com o abate²⁴, manuseio e qualidade do produto final, e uma preocupação em serem comercializados dentro das normas específicas e sanitárias, já que eram enviados para fora do país também.

Constatou-se por meio de apólices de seguros²⁵ feitas em nome das filiais, um cuidado em resguardar o patrimônio contra prejuízos ou danos causados aos bens, já que haviam maquinários, fornos, e grande quantidade de mercadorias estocadas, além das instalações físicas das filiais.

Ademais, vale ressaltar que mais uma fonte lucrativa da família era também a compra e venda de terrenos. Ostetto (1997) discorre que, ao longo das décadas de vigência da empresa, os Bortoluzzi também agiram como banco, já que em alguns casos financiaram os colonos, ou o colono empregava o dinheiro com eles, construindo um patrimônio sem precedentes.

[...] transformando-se ao longo dos anos em uma empresa bem-sucedida, edificando um acúmulo de capital, de modo a não ter concorrente. Os colonos ficavam desta forma submetidos ao “poder” desta família, inclusive porque a venda de novos lotes, bem como o empréstimo de dinheiro para novos investimentos, passava por eles (OSTETTO, 1997, p. 55).

Podemos verificar por meio de documentos do Fundo Bortoluzzi, contratos de comercialização de lotes aos colonos pela empresa dos Irmãos Bortoluzzi, terras estas compradas a partir do ano de 1900, de acordo com documento encaminhado a Inspetoria de Terras e Colonização²⁶. Terras essas adquiridas da Companhia

²³ Fundo Bortoluzzi - Documento: Papel Timbrado da empresa (Exportadora-Comerciantes-Importadores/Fabrica de Produtos Suínos e (Beneficiadores do afamado arroz “Dora”) (CEDOC).

²⁴ Fundo Bortoluzzi – Documento: Abate e Manuseio de Suínos, Ministério da Agricultura, Inspeção Federal de carnes e Derivados (CEDOC).

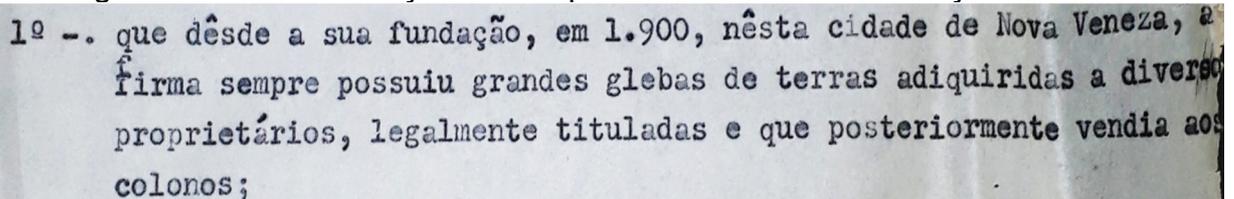
²⁵ Fundo Bortoluzzi – Documento: Apólices de Seguros em nome de duas filias em Araranguá, (do prédio e mercadorias) e em Novo Treviso – Urussanga, datadas de 06 de maio de 1924 (CEDOC).

²⁶ Fundo Bortoluzzi- Documento: Inspetoria de Terras e Colonização/Tubarão, Registros no Tabelionato e Registro de Imóveis (José Caruso Macdonald) (CEDOC).

Metropolitana pelos Irmãos Bortoluzzi. Sendo que, de acordo com a Lei de Terras, estas seriam terras devolutas do estado, que com o estímulo à colonização foram vendidas a companhia colonizadora, que mediram os terrenos do território comprado e os revenderam, portanto, não tinha dono registrado anteriormente. Assim, comprando as terras da Companhia, os Irmãos Bortoluzzi ficariam donos por direito, mas não de fato de algumas terras em questão.

Em carta endereçada a Inspetoria de Colonização de Tubarão (Fig. 5), está em questão um lote que no 1º parágrafo fica especificado que desde o início das atividades da empresa, havia o interesse em comprar terras, com a finalidade em comercializá-las posteriormente. Já no 3º parágrafo (Fig. 6) pode-se perceber também a compra de glebas de terras pertencentes ao espólio de Gervásio Bortoluzzi que era tio dos fundadores da empresa, após o falecimento de sua esposa, que também foram adquiridas em nome da empresa.

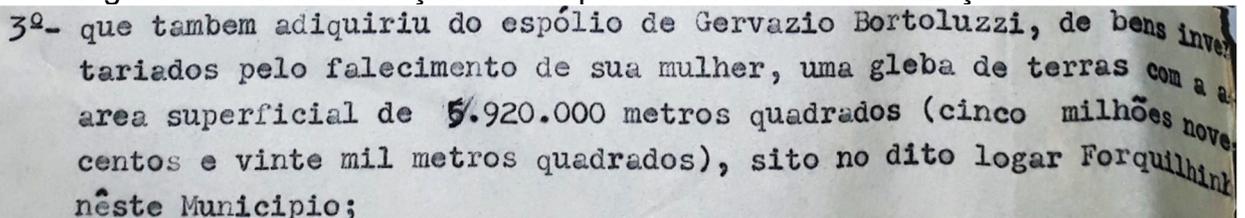
Figura 5 - Carta endereçada ao Inspetor de Terras e Colonização/Tubarão.



1º - que desde a sua fundação, em 1.900, nesta cidade de Nova Veneza, a firma sempre possuiu grandes glebas de terras adquiridas a diversos proprietários, legalmente tituladas e que posteriormente vendia aos colonos;

Fonte: Acervo CEDOC – Fundo Bortoluzzi.

Figura 6 - Carta endereçada ao Inspetor de Terras e Colonização/Tubarão



3º - que também adquiriu do espólio de Gervásio Bortoluzzi, de bens inventariados pelo falecimento de sua mulher, uma gleba de terras com a área superficial de 5.920.000 metros quadrados (cinco milhões novecentos e vinte mil metros quadrados), sito no dito lugar Forquilha, neste Município;

Fonte: Acervo CEDOC – Fundo Bortoluzzi.

Visto que alguns documentos se tratam de Inventários em nomes de outras famílias, ao que parece, essas áreas de terras não eram escrituradas logo após as vendas ocasionadas pelo falecimento.

Por meio destes documentos²⁷, encontrados no Fundo Bortoluzzi, endereçados à Inspetoria de Terras em Tubarão, Cartório de Registro de Imóveis,

²⁷ Fundo Bortoluzzi - Documento: Carta endereçada ao Inspetor de Terras e Colonização /Tubarão. [...] “em protesto legitimando a propriedade de uma gleba de terras adquiridas em 1912, conforme escritura pública, ficando em condomínio com os herdeiros de João Bortoluzzi, desde 1925 até 1957,

Inventários e Declarações, pode-se constatar que havia a venda de terras pelos Bortoluzzi. Sendo que, alguns casos, já existiam moradores que estavam ali há muito tempo, pois as terras foram passadas de geração em geração. Contudo, em sua maioria sem documentação legalizada em algumas terras compradas, podemos citar os entraves gerados por terras vendidas na localidade de Forquilha, com o senhor João Tertuliano Marcelino e outros. Problemas causados por estes negócios, onde a firma Indústria e Comércio Bortoluzzi, legitima a propriedade de uma área de terras de cinquenta hectares, adquiridas em 1912. Acusam essas pessoas de não expressarem a verdade, usando de má-fé, malícia e dolo ao patrimônio da empresa. Pode-se analisar o documento no qual famílias que pleiteavam os lotes vendidos a terceiros, sendo que a empresa por meio de Escritura Pública, cita que esta gleba de terras foi de propriedade exclusiva da firma, desde a data da compra até o ano de 1925.

Se os únicos que tinham direito a terra neste território era a Companhia Colonizadora, não teria outro meio de ser dono dessas terras sem a efetivação da venda das mesmas para os novos donos, eximindo assim da culpa a negociação feita com os Irmãos Bortoluzzi.

Em documentos que compõem o acervo, podemos verificar que a empresa atuava em vários ramos, sendo que em alguns destes ela usava outras razões sociais. No caso, da Bortoluzzi, Colombo & Cia, que tinha ações da Cia. Carbonífera Catarinense. Encontrou-se uma análise de investimento, sobre a venda ou não das ações que os mesmos possuíam junto a Carbonífera Catarinense. Foi feita uma análise da valorização das ações da empresa de carvão perante o mercado.

Estimava-se na época, o carvão²⁸ daria uma lucratividade de 12% ao ano, sem contar os investimentos em mecanização que já eram eminentes visto a dificuldade de mineração. O documento mostra que havia uma inquietação, já que o carvão não oferecia estabilidade, como nenhum outro negócio também oferece, dependendo das ações governamentais e do próprio mercado. Ao final, o documento faz questionamentos, se o correto não seria vender as ações ao preço de mercado da época (1947), pois estas, segundo a análise, estavam valorizadas, equivalendo pela

época em que, os herdeiros já todos maiores, quiseram dividir seus quinhões hereditários[...] Trecho retirado da Carta (CEDOC).

²⁸ Fundo Bortoluzzi – Documento: Capital empregado em Minas de Carvão de 03 de julho de 1947(Cia. Carbonífera Catarinense) - Bortoluzzi, Colombo & Cia. (CEDOC).

lucratividade dos vinte anos subsequentes e, assim, poderiam vendê-las e investir o capital em outras especulações, no mesmo ramo de negócio que os Bortoluzzi já atuavam, que poderia dar um retorno maior.

Deduzindo, por meio de análises, ao acervo, podemos observar o declínio da empresa, através de inúmeras duplicatas²⁹ e cobranças, datadas no final da década de 1950, até meados de 1968. Segundo os netos Susan e Sergio Bortoluzzi, a falta de interesse dos herdeiros nos negócios da família e direcionamento para outras áreas de atuação foram os fatores considerados pelos descendentes como explicação para a dissolução da empresa.

Nesse sentido, retomando a ideia de família migratória, especialmente italiana, encerramos nossa análise observando como os laços familiares foram fundamentais para o crescimento dos negócios geridos pelos Bortoluzzi. Essa característica da família migratória é recuperada atualmente pelas múltiplas festividades e projetos identitário sobre italianidade. Promovendo por meio de festividades a transmissão de supostos valores para as novas gerações, baseados em costumes, música, gastronomia e valores de sua região originária.

Para João Carlos Tedesco (2015, p. 277), o termo “familismo” vem do passado histórico, da carência e esperança de unir tempos, territórios e indivíduos, pelo sangue ou origem, em busca de um elo familiar, deixado lá atrás. Nesse processo, Tedesco faz uma análise das narrativas dos descendentes italianos, em referência as associações criadas entre os dois países, e a busca por suas raízes.

Percebemos nas narrativas o desejo e a idealização de um processo histórico e cultural que irmana grupos e territórios, ainda que construídos por outras gerações; o maná do passado histórico alimenta uma dimensão do comum, do pertencimento entre os que saíram (emigrantes) e os que ficaram; como isso, reconfiguram-se historicamente as italianidades, por meio de pontos comuns de referência (territorial e identitária); retoma-se ainda, por gerações outras, a dimensão do local de origem (redimensionando o paese, tão caro aos imigrantes) renova-se o passado de sacrifício, porém positividade na atualidade pela expressão da riqueza como fruto do trabalho. Memórias coletivas são (re) produzidas, tanto no âmbito religioso (crenças, santos, campanário...) quanto político e cultural (leão da praça de Veneza, dialetos, valores familiares, saberes impressos no artesanato, na gastronomia, genealogias e arquitetura de casas, o horizonte do parentesco e da consanguinidade) (TEDESCO, 2015, p. 278).

²⁹ Fundo Bortoluzzi - Documento: Nesse período, duplicatas eram recorrentes na empresa, entre elas, a duplicata nº12/26047 referida na pesquisa, é datada de 07 de julho de 1951, no valor de Cr\$ 24.213,00. Cobranças de representantes de prestadoras de serviços aos Bortoluzzi. Algumas de fora do estado catarinense, presente no acervo (CEDOC).

Na mesma linha de pensamento, Zanini (2004, p. 57) salienta que a família, entendida como patrimônio histórico, valorizando os laços de sangue, de origem italiana e partilhando de um itinerário de sucesso, legitima positivamente a identidade do descendente.

Esse discurso fica mais forte, em relação aos demais, quando o descendente e sua família tem uma boa condição financeira. Além de proporcionar acesso a informação, dispõem de um discurso mais elaborado e conhecimento das suas origens, legitimando a fala do descendente de imigrantes trabalhadores e empreendedores, portadores de uma história bem-sucedida, sem referenciar ou citar, omitindo outras pessoas e povos. De forma categórica, nos deparamos com obras abarrotadas, com a finalidade de perpetuar a imagem do pioneiro, que mesmo diante de todas as dificuldades na nova terra, carrega o mito do imigrante destemido e corajoso.

Nesse sentido, observando o acervo Fundo Bortoluzzi, percebemos o quanto os elos familiares foram fundamentais para a organização e expansão de seus negócios. O “império” Bortoluzzi foi resultado das relações familiares tecidas: a inserção da família Bortoluzzi, na colônia Nova Veneza foi intermediada pelo primo Gervásio, que era agente recrutador da Companhia, além de amigo de Miguel Napoli, o qual tinha privilégios e vantagens na recém-criada colônia. Esse fato possibilitou a compra de terrenos centrais dentro da colônia.

Já com negócios rentáveis na colônia, foi com a saída de Napoli da Companhia que os irmãos Bortoluzzi atingiram a estabilidade necessária para o crescimento comercial, e a construção de um monopólio. Miguel Napoli foi substituído na direção da Colônia por Alfredo Pessi, em 1899, que desde o início foi seu secretário e que posteriormente veio a ter vínculo com a família Bortoluzzi. Duas de suas filhas casaram-se com os irmãos Bortoluzzi, Adele Pessi, com Giovanni (João), e Irene, com Giuseppe.

Podemos dizer que, nesse período o poder econômico e social da Colônia estava entre as duas famílias. A experiência de alguns membros da família com a clientela e habilidade nas diferentes etapas do comércio, propiciou um crescimento e expansão de seus negócios para vários ramos. Esse crescimento foi familiar, já que a formação societária foi entre três irmãos. A participação familiar era ativa em todas as etapas da fábrica, desde a ida até o colono no interior para efetuar a negociação, até a entrega dos suínos na fábrica, a conferência de peso e pagamento. Todas as etapas,

dentro da fábrica, tinham o olhar atento dos irmãos, bem como, nos outros negócios em que estiveram envolvidos.

Essa ampliação do envolvimento familiar foi aumentando à medida que a família crescia. Em contrapartida, a forma como foi conduzida pelos herdeiros foi um dos fatores de seu declínio, já que os descendentes procuraram se estabelecer em outras áreas, tais como: profissionais liberais e em outros negócios em outras cidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de pesquisas realizadas procurou-se compreender os propósitos da fundação e formação da Colônia Nova Veneza no sul do estado catarinense, por intermédio das políticas migratórias e da criação da Lei Glicério, que viabilizaram a instalação da colônia, quando a Companhia Metropolitana, empresa particular, celebrou um contrato com o governo do Estado, e em seguida comprou terras devolutas no estado.

Dessa forma, analisamos o que ocorria no Brasil na segunda metade do século XIX, período em que caminhava para a abolição da escravatura associada a Lei de Terras, determinando assim, o modelo de imigração que seria a base para o desenvolvimento nacional. A Lei Glicério facilitou a imigração pelos incentivos dados pelo governo. Os migrantes deveriam ser jovens e, preferencialmente, migrarem com suas famílias, objetivando um controle moral, o crescimento populacional, e ainda se baseando no limitador racial.

Já no segundo momento da pesquisa, por meio de narrativas tecidas a partir dos documentos que compõe o acervo “Fundo Bortoluzzi”, e entrevistas com descendentes da família Bortoluzzi, nos propusemos a fazer esclarecimentos e definir alguns pontos, para o entendimento e análise de como se deu a entrada da família na colônia, e sobre a construção de seu monopólio econômico ao longo de cinco décadas.

Buscou-se compreender as relações dentro da colônia, trabalhando com as peças que faziam parte do cotidiano da colônia Nova Veneza, entre elas a figura de Miguel Napoli e Gervásio Bortoluzzi, trabalhadores da Cia. Metropolitana. Observando sempre, o tripé em que foram apoiados os discursos de imigrante italiano, associado à religião, família e trabalho, já contextualizados, contribuindo para a produção de uma imagem de povo pacífico e laborioso.

A chegada da família Bortoluzzi ao núcleo colonial destoa do processo de estabelecimento de outras famílias, pois os Bortoluzzi não se estabeleceram com a dívida do parcelamento dos lotes, conforme outras famílias, estabelecendo assim uma vantagem em relação aos outros colonos, cujo trabalho era exclusivo para sobrevivência e o pagamento de seus lotes. Além disso, outros fatores que contribuíram na construção e crescimento do “império”, foram as teias de relações

entre a família e os colonos, os diversos ramos de negócios que fizeram com que o domínio de preços para compra e venda fossem determinados pelos Bortoluzzi.

Dessa maneira, esta pesquisa teve como objetivo central perceber como a organização da família contribuiu para a constituição da empresa, produzindo narrativas a partir do acervo Fundo Bortoluzzi.

Este trabalho foi apenas um pequeno olhar sobre o acervo, deixando ainda inúmeras perspectivas no campo do arquivo. Futuros temas de pesquisa podem ser desenvolvidos, pois o potencial do Fundo Bortoluzzi se estende em várias áreas como: documentos administrativos, legislações e obrigatoriedades relativas ao campo jurídico, tais como: Inventários, registro de imóveis, contratos de compra e venda, assim como, documentos referentes a legislações sanitárias e abate animal, relativos ao campo político e relações trabalhistas, o qual possui um grande volume, quanto ao emprego de fontes ainda não consultadas, por meio do processo de catalogação e higienização do Fundo Bortoluzzi. Esse montante pode aumentar, pois também recentemente encontraram mais documentação pertencente a empresa no Museu do Imigrante em Nova Veneza, ainda não analisada. Desta forma, abre-se um leque de possibilidades de prosseguimento de pesquisas ao acervo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leandro Coelho de. BARBATHO, Renata Regina Gouvêa. Os arquivos e a História: a importância dos documentos arquivísticos e das Instituições de custódia na pesquisa histórica. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (Conhecimento histórico e diálogo social). Natal, RN. **Anais...** 22 a 26, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364781066_ARQUIVO_apresetacao_anpuh_2013.pdf> Acesso em: 30 out. 2018.

BALDESSAR, Mons. Quinto Davide. **Imigrantes: Sua História, Costumes e Tradições no Processo de Colonização no Sul do Estado de Santa Catarina**. 2°. ed. Forquilha: Formsul, 2005.

BELONI, Wânia Cristiane. Marcas de Identificação Étnica de Italo descendentes em Cascavel/PR. **Revista Trama**, v. 12, n. 26, p. 137-159, 2016. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/download/14047/10262>>. Acesso em: 22 agosto 2018.

BIF, Carla Zanette. **História e Historiografia da Colônia Nova Veneza (SC): uma abordagem de história ambiental**. 2009. 44f. TCC (Graduação em História), Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.

BORTOLOTTI, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza**. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992.

CABRAL, Nathália Pereira; CARDOSO, Michele Gonçalves. A história e a prática arquivística: reflexões sobre o trabalho com os documentos do acervo “Empresa Bortulozzi” do CEDOC/UNESC. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, v. 4, n. 2, p. 103-110, 2017. Disponível em: <http://ppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/291>. Acesso em: 14 set. 2018.

CABRAL, Nathália Pereira. **Processos migratórios e as disputas na Colônia Modelo: a companhia colonizadora metropolitana e a constituição do núcleo Nova Veneza**. 2017. 63f. TCC (Graduação em História), Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica**, São Paulo, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02>. Acesso em: 01 set. 2018.

EMOS, Giovana. Arquivo e Produção do Conhecimento Histórico. XI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH - GO. XIX Semana de História da UEG/GO. **Anais...**, Goiás, v.11, p. 775-789, 2016. Disponível em: <http://www.anais.ueg.br/index.php/anpuhgo/article/view/3953/4043>. Acesso em: 28 out. 2018.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Lei Glicério. Rio de Janeiro: Coleções Leis do Brasil, v. 1, n. 4, p. 1424, 1890.
 FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. Tradução: Fátima Mirad, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

FUNDO EMPRESA BORTOLUZZI. Arquivos disponíveis no Centro de Memória e Documentação da UNESCO – CEDOC.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

JORNAL DO COMMERCIO. **Imigração**. Ano XI, n. 119, p. 01, 1890. Disponível: Hemeroteca Nacional.

JORNAL REPUBLICA. **Estatística**. 30 de maio de 1895. p. 01. Disponível em: Hemeroteca Nacional.

_____. **Termo do Contrato**. 05 de setembro de 1896. p. 02. Disponível em: Hemeroteca Nacional.

_____. **15 de setembro de 1899**, p. 01. ed. 211. Disponível: Hemeroteca Nacional.

JUNIOR, Egar Preis. **Por Trás Das Máscaras: a construção das representações étnicas em Nova Veneza – SC**. 2017. 52f. TCC (Graduação em História), Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil**. Tradução de João Leonir Dall’Alba. Florianópolis: UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

OSTETTO, Lucy Cristina. **Vozes que recitam, lembranças que se refazem: narrativas de descendentes italianas/os (1920 – 1950)**, 1997. 162 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

_____. **Nova Veneza na Primeira Metade do Século XX**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014.

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e italianidades: jogos de poder no médio vale do Itajaí-açu e no sul de Santa Catarina**. 2005. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PORTAL VENEZA. **Miguel Napoli e Luigi Pirandello**. 2012. Disponível em: <<https://www.portalvенеza.com.br/miguel-napoli-e-luigi-pirandello/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

SELAU, Mauricio da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio**. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 1, n. 53, p.117-149, 2002.

_____. Políticas Imigratórias no Século XIX. A política de colonização, os imigrantes e o nacionalismo (1845-1914). In: RADÜNS, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. (Orgs.). **Imigração e Sociedade: Fontes e Acervos da Imigração Italiana no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. p. 34-77.

TEDESCO, João Carlos. Imigração, Identidade e Italianidade. Associacionismo, familismo e imigrantes: dinâmicas de reconstrução de italianidades no Sul do Brasil. In: RADÜNS, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. (Orgs.). **Imigração e Sociedade: Fontes e Acervos da Imigração Italiana no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. p. 258-285.

ZANELATTO, João Henrique; OSÓRIO, Paulo Sérgio. **Forquilha do presente para o passado, outras memórias, uma nova história**. Unesc, 2012.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **A família como Patrimônio: A construção de Memórias entre Descendentes de Imigrantes Italianos**. Curitiba: História Unisinos, 2004.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana**. Santa Maria: 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto à vontade**. História da Imigração Italiana no Brasil: os vênetsos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular/UFSC, 1999.

BENEDUZI, Luis Fernando. **Mal di Paese**: as reelaborações de um Vênetsos imaginário na ex colônia de Conde D'eu (1884-1925). 2004. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

BORTOLUZZI, Susan. Entrevista concedida a Liane da Silva Carvalho Velho. Nova Veneza, 09 de agosto de 2018.

BORTOLUZZI, Sérgio. Entrevista concedida a Liane da Silva Carvalho Velho. Criciúma, 25 de agosto de 2018.

CÂMARA DOS VEREADORES DE CRICIÚMA. **Prefeitos e Vereadores**. Disponível em: <https://www.camaracriciuma.sc.gov.br/historia-criciuma-ver/prefeitos-e-veredores-18>>. Acesso em: 05 out. 2018.

CÂMARA DOS VEREADORES DE NOVA VENEZA. **Prefeitos e Vereadores**. Disponível em: <https://www.cvnv.sc.gov.br/camara/proposicao/Lei/1959/1/0/5index.php?tema=as>> Acesso em: 05 out. 2018.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto n. 6.129, de 23 de fevereiro de 1876**. Organiza a Inspeção Geral das Terras e Colonização. Coleção das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 247, 1876.

DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**: Documentário. Caxias do Sul: Educs, 1983.

FOCHESATTO, Cyanna Missaglia. As paisagens de Pedro Weingärtner durante o processo de colonização da região Sul do Brasil (Século XIX e XX). **Revista Expedições: Teoria e Historiografia**. Universidade Estadual de Goiás. Morrinhos, GO. p. 198- 212. Disponível em: http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/viewFile/2533/2714 Acesso em: 05 set. 2018.

GONÇALVES, Janice. **Como Classificar e Ordenar Documentos de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

ITÁLIA CATARINENSE. **Família Bortoluzzi**. Disponível em: <http://italiacatarinense.com.br/?q=node/56>. Acesso em: 28 set. 2018.

NAPOLI, Miguel. **Colônia Nova Veneza em Santa Catarina**: Diário I. Acervo disponível no escritório da Carbonífera Metropolitana, Centro- Criciúma – SC.

OSTETTO, Lucy Cristina. **Por entre "fontes orais e "fontes escritas", a tessitura das relações sociais de gênero.** Criciúma, p. 53 – 64, s.d.